



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO**

7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 13 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão Mista criada pelo ato conjunto nº 3 de 2005, destinada a efetuar estudos visando a apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo no país. Esclareço que a pauta desta audiência se destina à ouvida das entidades representativas de aposentados e pensionistas. As atas de reuniões anteriores encontram-se sobre a Mesa, as quais coloco em votação, propondo a sua dispensa de leitura. Os que aprovam, permaneçam como estão. Nós vamos obedecer à ordem das entidades da forma como está aqui colocada. Wilson Roberto Ribeiro, Benedito Marcílio, Edson Guilherme, João Batista, Edmundo Benedetti e senhora Nara Pereira Oliveira. Está certo? Nós queremos, no início desta sessão, e com a experiência que cada um tem aqui dessa luta por melhoria salarial, deixar claro para todos os companheiros aqui aposentados, da importância que esta Comissão dá à luta dos aposentados e pensionistas do nosso país. Eu creio que o exemplo que as Centrais Sindicais deram ao país, de unidade, num momento da sua luta em favor de uma melhoria do salário mínimo, tiveram reajuste de cerca de 16.6%, eu acho que a marca daquele momento foi a unidade das Centrais Sindicais, em termos de uma proposta unitária e que, realmente, levou a algum sucesso, pelo menos, eu avalio como um grande avanço, se levarmos em consideração de que os trabalhadores tiveram um ganho real de 13% nos seus salários. Agora, é evidente que nós sabemos, e é uma preocupação desta nossa Comissão, tem sido uma preocupação do Senador Paulo Paim, que é um velho lutador em favor dos aposentados e pensionistas, do Deputado Walter Barelli, nosso Vice-presidente, a questão dos aposentados, por entendermos que mais de 16 milhões de brasileiros aposentados foram atendidos, os que ganham salário mínimo, foram atendidos com o último aumento. E aqueles que ganham acima do salário mínimo, um pouquinho só acima do salário mínimo, que corresponde, hoje, a cerca de, mais ou menos, oito milhões de brasileiros, ficarão aguardando os índices do INPC que não chegarão sequer à casa dos 5%; discute-se 4% e pouco, não é, Senador Paulo Paim? Então, eu acho que esse é, sem dúvida alguma, um dos maiores gargalos, um dos maiores problemas que nós vamos ter que enfrentar. Nós, a Comissão, nós representantes dos aposentados e pensionistas do país e fazemos isto com muita boa vontade porque nós sabemos o que significa participar dessa luta. Nós temos a visão muito clara, nessa discussão dos objetivos dessa Comissão, com relação à questão dos aposentados e pensionistas, se levarmos em conta que, nos últimos cinco anos, apesar de ser um salário mínimo baixo e que não atende às carências e às necessidades do trabalhador ou, conforme prevê a Constituição, e já me chamava atenção o Deputado Benedito Marcílio, há alguns minutos atrás, de que, mesmo assim, dessa forma, nos últimos cinco anos, os trabalhadores com o salário mínimo tiveram um aumento de cerca de 98%, 98,6, mais ou menos isso, enquanto os aposentados e pensionistas não chegaram à casa dos 60%; ficaram em torno de 56%, mais ou menos. Quer dizer, há uma defasagem muito grande, um achatamento dos seus salários muito grande. Essa questão que nós temos que enfrentar de forma unitária porque nós entendemos de que se constitui um dos mais graves problemas do país, nas nossas andanças, por onde nós passamos, discutimos e conversamos, raramente, não encontramos um aposentado para dizer: "Eu me aposentei com cinco salários, com quatro salários mínimos, com três salários mínimos e, hoje, estou recebendo dois, um, um e meio salário mínimo. Essa é a questão que se coloca, nesse momento de discussão, e eu quero aproveitar a oportunidade para dizer a todos os representantes das entidades que estão aqui de que a

Comissão está realmente preocupada com essa questão e colocou na Ordem do Dia essa discussão com os senhores porque nós queremos deixar bem claro que essa luta não é apenas das entidades que estão aqui agora representadas, mas que passa a ser também uma luta da nossa Comissão pela melhoria do salário dos aposentados e pensionistas. Muito obrigado e passo, nesse momento, a convidar, convidar a fazer parte, aqui, da Mesa o senhor Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT e o senhor Benedito Marcílio, Presidente da COBAP - Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas - para fazer parte, aqui, da Mesa. Depois da ouvida dos dois companheiros, nós, então, convocaremos mais dois outros, dois companheiros que estão aqui anotados. Eu quero passar a palavra para o nosso Vice-Presidente, Deputado Walter Barelli, esse velho lutador das causas dos direitos trabalhistas, Deputado de São Paulo, Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Caríssimo Presidente, Deputado Jackson Barreto, nosso Relator, Senador Paulo Paim, que, durante todo esse tempo de Câmara, e agora de Senado, tem pontificado defendendo as causas dos trabalhadores e meus antigos companheiros, gostaria de, neste momento, de lembrar um pouco o que foi a nossa trajetória, quando muitas das senhoras, muitos dos senhores estavam na ativa. Eu me lembro quando a gente começou as lutas contra o arrocho salarial e, aí, o senhor Presidente do DIEESE da época, meu Presidente, Hugo Perez está aqui presente, eu costumava dizer: "Quem perdia mais?" Então, os trabalhadores que tinham o sindicato se defendiam, mas era arrocho. Os funcionários públicos tinham mais dificuldade, então, estavam numa situação inferior à situação dos operários e trabalhadores do setor privado ou mesmo das empresas de economia mista. Os aposentados tinham uma espécie de limbo, mas também eram, já começava ali o massacre dos salários dos nossos veteranos trabalhadores. E o salário mínimo era o enfeitado da época, era o que tinha menor reajuste no conjunto das remunerações brasileiras. Nós conseguimos, nos últimos tempos, de 95 para cá, fazer, ou melhor, de 93 para cá, fazer com que o salário mínimo tivesse aumentos um pouquinho acima da variação dos preços. Ainda o salário mínimo é muito pequeno e, graças ao que se colocou na nossa Constituição, que o piso da aposentadoria é o salário mínimo, nós conseguimos que, pelo menos, 1/3 dos aposentados não fossem relegados à situação de pobreza, considerando que o salário mínimo, em relação aos estudos que são feitos sobre pobreza, é um divisor, mas lembremo-nos do momento em que tínhamos aposentados ganhando menos que um salário mínimo. Então, já foi uma transformação. Só que o constituinte, ao fazer essa vinculação positiva, ele criou um outro grande problema, que é o que nós queremos discutir também agora, que é a questão já trazida aqui pelo nosso Presidente Jackson Barreto, que é, a pretexto de elevação real do salário mínimo, a pirâmide de ganhos dos aposentados vai, cada vez mais, se achatando e isso continuando, o que vai acontecer? Só haverá um salário para aposentado: O mínimo. Esperamos que esse mínimo seja capaz de satisfazer a todas as necessidades. Mas como ficam as outras situações? Muitos que estão aqui, como eu, contribuíram para a sua aposentadoria sobre dez salários mínimos durante um longo período. Outros contribuíram para as suas aposentadorias sobre 15 salários mínimos, mas a aposentadoria, da maneira como nós temos o quadro hoje, a tendência é relegar todos à questão de receber um salário mínimo, isso porque a Constituição fez essa vinculação. Esse é um assunto tão importante que essa Comissão, que foi criada pelas duas Casas do Congresso, para fazer um projeto de valorização do salário mínimo, não pode deixar de entrar nessa questão: Como ficam os salários dos demais aposentados? Nós queremos reconstituir os valores do salário mínimo porque estão muito aquém do que já se pagou, do que é prescrição constitucional e o que são as necessidades dos trabalhadores. Mas a Comissão não quer ficar somente cuidando desse salário, importantíssimo salário, base de todos os outros salários, mas ela quer também ser um local onde nós encontremos, através do diálogo, das propostas que virão das associações de aposentados, saudamos todas, das contribuições que esperamos do Ministro da Previdência, que também vai ser ouvido aqui por essa Comissão, nós encontremos saídas para isso. Eu acho tão importante esse assunto, que eu gostaria de consultar o nosso Presidente e o nosso Relator e propor que nós tivéssemos, ao lado da Comissão que está ouvindo sobre a questão do salário mínimo, uma Comissão Permanente, uma subcomissão nossa só para

tentar resolver esse problema dos demais aposentados. Porque nós, se ficássemos, eu... Quando nós ouvimos aqui as Centrais Sindicais, elas trouxeram o problema do salário mínimo e trouxeram o problema dos aposentados. Cada um de nós, quando se manifesta, nos manifestamos sobre o salário mínimo e sobre o salário dos aposentados. Agora, é uma matéria específica; essa Comissão já se investiu da responsabilidade de fazer propostas sobre a progressão do salário dos aposentados, mas precisaria de elaborar bastante nesse sentido, por isso, trago com o senhor Presidente a idéia, a proposta de nós termos ao lado, dentro desse trabalho, uma subcomissão trabalhando especificamente esse assunto. Nós vamos ouvir, no Brasil inteiro, todos os outros setores, mas sempre os aposentados juntos. E precisamos caminhar numa solução para o problema do salário mínimo e numa solução também para o vencimento dos aposentados. Era essa a minha primeira intervenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos encampar a proposta do nosso companheiro Barelli, depois vamos discutir de que forma vamos viabilizar essa subcomissão, que achamos muito importante, porque essa Comissão vai fazer debates em cinco regiões do nosso país e é importante essa subcomissão especial, com relação à questão dos aposentados e de forma específica e objetiva agora. Mas nós queremos, antes, passar a palavra para, em nome de todos nós, fazer uma saudação às entidades aqui presentes nesse debate. Hoje, é o nosso Relator Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli, nosso Vice-presidente, Deputados e Senadores, primeiro, eu queria saudar a importância dessa Comissão e como a nossa TV Senado transmite para todo o Brasil, com certeza, esse evento, eu queria dizer que aqui estão representados os líderes dos aposentados de todo o país. Estão aqui representantes do Paraná, de Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Sergipe, Santa Catarina, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais. Isso, todos os Presidentes de federações filiados à COBAP. O Marcílio é o Presidente e estão aqui também os Presidentes de outros sindicatos de caráter nacional, como por exemplo, da Força Sindical, da CUT, do MOSAP e também da CGT, estou certo? São esses que estão presentes, não são? Então, como percebemos, é uma reunião que foi debatida a sua convocação e todos concordaram, que fossem todos ouvidos; o MOSAP vai falar, inclusive, pela questão dos servidores no nosso país. Então, a minha saudação é, primeiro, cumprimentá-los, que confesso a V. Exas, às vezes, a gente faz aqui a reunião e convoca os mais jovens para um debate como esse e, muitas vezes, a sala não está lotada e os chamados idosos, nossos aposentados e pensionistas, vieram de todo o país para fazer um bom debate e demonstrar a sua preocupação com a defasagem dos seus vencimentos, como foi bem colocado pelo Deputado Barelli, como também pelo Presidente Barreto, Jackson Barreto. O que eu gostaria, só, Presidente, era de não desconhecer o gesto positivo que fez o Executivo a pedido desta Comissão. Essa Comissão, quando esteve aqui o Ministro Marinho, nós pedimos que o projeto de salário mínimo não viesse por Medida Provisória, que viesse por Projeto de Lei e o Projeto de Lei chegou à Casa, foi entregue ao Presidente Renan Calheiros e ao Aldo Rebelo e, nesse momento, eu queria encaminhar ao Presidente um requerimento que eu acho que será aprovado simbolicamente, que o projeto de salário mínimo passe também por essa Comissão, se tem uma Comissão Especial que está debatendo o salário mínimo e os benefícios dos aposentados e pensionistas, esse é o melhor fórum. Eu não estou discutindo quem vai ser o Relator, eu sou Relator da Comissão, mas que o projeto seja quem for indicado como Relator, porque isso é uma liberdade que tem o Presidente da Câmara e do Senado para indicá-lo. Que eles indiquem, mas que seja debatido aqui, naturalmente, por isso eu encaminho aqui ao Presidente, essa é uma Comissão Mista, o seguinte requerimento: "Senhor Presidente, requeiro nos termos regimentais, que seja ouvida lá Comissão Especial de Salário Mínimo, criada pelo ato nº 3 de 2005, o Projeto de Lei de 601/2006, que dispõe sobre o salário mínimo, a partir de primeiro de abril, tramitando na Câmara dos Deputados". Enfim, é que esse debate do Projeto, que já está na Casa, nós que já recolhemos, como Relator desse tema, todos os projetos em tramitação, que esse projeto também venha para cá. Quero deixar bem claro: Não estou nem preocupado com quem vai ser o Relator não; eu sou Relator da Comissão Mista do

Salário Mínimo, mas que esse projeto seja debatido e tramite aqui na Comissão. Eu acho muito importante e, de pronto, senhor Presidente, como tenho feito sempre, deixarei para falar depois de ouvir os convidados, mas só faço essa saudação pela brilhante mobilização que fizeram os aposentados ontem e hoje, que ontem lotaram o Plenário do Senado da República, onde teve uma sessão de homenagem e de protesto sobre a situação dos aposentados e pensionistas, eu diria já em defasagem com o que vem ocorrendo nos últimos 20 anos. Era isso, obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Quero informar também que, na próxima quinta-feira, a Câmara Federal vai fazer a mesma homenagem que ocorreu aqui no Senado Federal aos aposentados do nosso país. Para iniciar a nossa reunião, na tarde de hoje, eu passo a palavra ao senhor Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional de Aposentados da CUT - Central Única dos Trabalhadores. V. Exa. dispõe de 15 minutos para as suas colocações.

SR. WILSON ROBERTO RIBEIRO: Boa tarde ao Presidente da sessão, o senhor Jackson Barreto, o Senador Paulo Paim e o meu grande professor Walter Barelli, que eu era da Comissão de fábrica da forjaria, em São Bernardo, e fiz o meu primeiro seminário, aonde ele era do DIEESE e a gente foi até à cidade de Caraguatatuba, onde foi realizado o primeiro seminário das Comissões de fábrica do ABC. E, para falar nisso, Senador, Deputado Walter Barelli, eu ainda tenho aqueles documentos, aquelas resoluções. Guardei com carinho, estão guardados com carinho, todos aqueles debates, aquelas discussões que nós fizemos no primeiro seminário. Quero também, aqui, cumprimentar o Benedito Marcílio, grande amigo do ABC e os demais companheiros, Edmundo, os demais companheiros que não sei o nome, as federações, e cumprimentar também a companheira Josefa, que a gente se conhece de algum tempo. E cumprimentando a Josefa, eu cumprimento todas as companheiras que estão no Plenário. O meu nome é Wilson Roberto Ribeiro, é escrito com W porque foi trocado; era com V, depois passou a ser com W. Eu sou Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas filiados à CUT. Eu fui trabalhador rural dos 10 aos 21 anos; trabalhei com agrotóxico, ganhando um salário mínimo, porque eu e meu pai matávamos formiga e, depois, fui pulverizar laranja e, quando vim para São Bernardo do Campo, eu fui trabalhar em forjaria, em área insalubre. Então, como trabalhador rural, eu ganhava um salário mínimo. Contribuía com o INSS já naquela época. Vim para São Bernardo, com a questão da insalubridade, a gente passa também a ter um período... Aposentei com 29 anos de trabalho. Mas uma coisa que a gente tem discutido, tem debatido, que, durante um longo tempo, começa a ter uma valorização do salário mínimo. Não podemos negar isso. O patamar que o salário mínimo chega hoje não tem um poder de compra necessário, mas começa a se levantar. Quem ganha um salário mínimo no campo, é diferente de quem ganha um salário mínimo na cidade, porque quem ganha um salário mínimo, na cidade, ele tem que comprar todo o hortifrutigranjeiro, e a maioria dos companheiros que moram no campo, eles têm a fruta, eles têm a galinha, criam isso, criam aquilo que, praticamente, quando ele vai à cidade, ele tem uma pequena condução, ou vai a pé para a cidade. O gasto não é tanto. Isso, experiência própria, porque a gente ia fazer compra com o saco nas costas. E quando vem o aumento do salário mínimo, é uma festa porque os primeiros meses a gente tem poder de compra, dá para comprar algumas coisas, depois vai se caindo. Nós, aposentados, e eu quero, aqui, agradecer ao Presidente porque, pela primeira vez, nós somos convidados, estamos sendo convidados para participar dessa Casa porque nós ficávamos do lado de fora fazendo protesto e não entrávamos na Casa. Não sei se há mudança do Governo ou há mudança das idéias, que a gente passa a vir ser convidado para estar dentro da Casa. Isso é bom. As formações de entidades de aposentados... Se fortalece, cada vez mais, o número de aposentados, porque ali está uma organização de companheiros aposentados. O que nós precisamos é unir as direções porque "um gosta dos olhos, outro gosta da remela", é um velho ditado. E se a gente não se une, nós não conseguimos nada porque cada um puxa para um lado e acaba se arrebrandando e não consegue nada. E a união, ela faz a força e nós precisamos dessa união. Nós temos 64% dos aposentados no país que ganham um salário mínimo. Nós temos 16% que ganham até três salários mínimos e a Previdência quebra. Nós temos de sete a 8% que ganham acima do salário mínimo; a Previdência quebra. Uma grande parte dos companheiros e companheiras contribuíram

pelo teto da Previdência. Criou-se o teto, 11%; de oito a 11%. Foi até 13, depois, abaixou para 12 e 11. E, no longo tempo da aposentadoria, o nosso salário vai caindo. E, aí, a gente chega para o Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, Amir Lando, o Romero Jucá, hoje, Nelson Machado, ele diz: "Vocês não podem calcular o salário de vocês pelo valor do mínimo". E a gente pergunta: "Por onde a gente calcula os nossos aumentos de salário? Aonde nós calculamos o nosso salário? Qual é o piso?" "Não, eu não sei. O INPC não é um piso, o INPC é um índice". "Aonde nós pegamos?" Aí, tudo bem, não podemos ter aumento de salário de acordo com o salário mínimo. Quando vem o desemprego, os primeiro a ser atingidos somos nós porque os nossos filhos, que estão desempregados, eles voltam para dentro da nossa casa. Eles saíram de casa sozinhos, adquiriram a família deles, adquiriram os filhos deles e para eles não morrerem de fome, para ficarem na rua, debaixo de uma árvore ou debaixo de uma ponte, nós os trazemos para dentro da nossa casa. E, aí, se cria o Bolsa-Família, se cria o Bolsa-Escola, e os nossos filhos não podem pegar. Os nossos netos não podem pegar porque está dentro do nosso orçamento, estão dentro da nossa casa. Ora, gente, esse orçamento é meu e da minha companheira, não é dos meus filhos. Eles têm a família deles, por que eles não podem adquirir? Porque ele está dentro do meu orçamento. Bom, aí não. Aí eu deixo de ser aposentado. Eu tenho um salário a mais do que o salário mínimo e posso sustentar-lo. Mas o salário não é deles, o salário é meu. Que injustiça é essa? Ou que justiça é essa que faz a injustiça conosco? Quando a gente vem reclamar: "Vocês não podem reclamar, estão reclamando de barriga cheia". Por quê? "Vocês já ganham a inflação; a única categoria no país que tem a inflação ali. Chegou na Database, vocês têm a inflação. Aí, o salário mínimo vai subindo". E qual o poder de compra do salário mínimo? Se a gente vai às grandes metrópoles, eu moro numa cidade chamada São Bernardo do Campo, que um aluguel na favela está 250 a 300 reais. Eu vou comer o quê? O que os nossos companheiros, as nossas companheiras vão comer? Pessoas que chegam chorando nas nossas entidades, ganhando um salário mínimo e precisam, muitas vezes, de remédio para o coração, que custa 800, 900 reais. Muitas vezes, faz vaquinha nos quarteirões para comprar o remédio ou então para dar comida. Aí, vem a água, vem a luz, que não temos desconto. Aonde o aposentado ganha, tem algum desconto? Não existe. Falam da Cesta Básica. Ora, eu vou sobreviver com a Cesta Básica, de que jeito, se o dinheiro que eu ganho não dá nem para pagar o aluguel? Essa sensibilidade, a gente precisa ter, a gente precisa ter. E quem consegue fazer a lei teria que fazer a lei e lutar para que essa lei se revertesse. Nós não estamos pedindo demais não. Nós estamos pedindo aquilo que nós pagamos durante o tempo que nós trabalhamos. Nós montamos um caixa e esse caixa não é sustentável para nós. Não está sustentando aquilo que nós contribuímos. Se gastaram lá atrás, se gastaram, não me interessa. Eu fiz um caixa e esse caixa tinha que me reverter e dar as condições devidas para mim. E não dá porque eu aposentei do trabalho. Me cuidei, porque senão estaria debaixo da terra como os outros companheiros que se acidentaram e muitos companheiros que estão debaixo da terra porque o trabalho era forte. A gente engolia fumaça, o agrotóxico e muitos companheiros tremiam. Quantos companheiros não vi morrer debaixo de uma prensa? Hoje, as companheiras, as pensionistas estão sofrendo o mesmo drama que a gente. E quando foi cortado pela metade. Por quê? Ainda falaram o seguinte: "Não, a mulher, ela perdeu o marido, ela tem que receber a metade porque ela só come meio prato, ela não come um prato". Ora... Então, quer dizer que nós aposentados não podemos sobreviver, não podemos ter o lazer? Uma coisa que nós poderíamos estar discutindo, o Brasil, ele pode ser o celeiro do mundo, mas seu povo reclama de fome, o seu povo sente fome, o seu povo passa fome; a nossa comida é muito cara. Em São Bernardo do Campo e Diadema nós lutamos dois anos, dois anos e conseguimos que todos os aposentados, todos os aposentados, independente da sua idade, andem no Transporte Coletivo gratuitamente. Tivemos briga com os dois prefeitos da cidade, levamos o povo para a rua, fomos lá e conquistamos esse direito de andar na gratuidade. Por quê? [Palmas] Porque nós pagamos a passagem, não só nossa, dos nossos filhos e nós colocamos isso na Câmara dos Vereadores e conquistamos. O mês passado nós conquistamos, em Mogi-Guaçu, o direito de todos os aposentados andarem na gratuidade do ônibus. Não é que melhora a condição de vida do aposentado, mas, pelo menos, dá um pouquinho de esperança para ele de que a gente está fazendo alguma coisa, a gente está mudando. Então, quando eu disse aqui que nós precisamos organizar, a gente montar mais entidades e a sua direção

se unir, é para isso: É para que a gente forme uma Comissão e essa Comissão discuta diretamente com o Governo. Porque quando tiver mobilização todos nós estaremos na rua, a gente fazendo a mobilização. Não é possível, companheiros e companheiras, aqui que nós continuemos desunidos, os Governos fazendo o que bem entendem, pedindo para que a morte nos leve e nós dizendo para a morte que nós vamos viver mais. E eles achatando o nosso salário e nós ficando quietos. O Presidente da República disse um dia para mim, então candidato: "Os aposentados são a classe que mais perde-- [soa a campanha]-- e que menos luta". Então, nós vamos dizer ao Presidente da República: "Os aposentados são a classe que mais perde e é a classe que mais luta". Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao Benedito Marcílio, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Senhor Presidente, alô... Senhor Presidente desta Comissão Mista, Deputado Jackson Barreto, me orgulho, hoje, de estar presente também, vendo presidir esta Comissão Mista, já que fomos realmente colegas, nos anos 80, nesta Casa, meu amigo Relator desta Comissão Especial Mista, Senador dos trabalhadores aposentados, Paulo Paim, meu amigo, Deputado Walter Barelli, companheiro que sempre esteve na luta, junto com os trabalhadores, desde quando dirigia o Departamento Intersindical de Estatística Sócio-econômica no nosso país, meu companheiro, amigo Wilson, Coordenador do Sindicato Nacional dos Aposentados Cutistas, senhoras e senhores Deputados, demais presentes, senhoras e senhores, dirigentes de aposentados, pensionistas, de representações de outras categorias profissionais, quero saudar a todos vocês, boa tarde. Realmente, esse é um momento histórico, importante para todos nós aposentados e pensionistas desse país. Nós sabemos perfeitamente o que representa essa Comissão Mista, constituída por seus dignos representantes do povo, nesta Casa, e a importância deste momento que está passando o movimento de aposentados e pensionistas desse país, a nossa participação neste ato. Senhores Senadores, senhores Deputados, nós, inclusive, como representantes dos aposentados e pensionistas da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, a COBAP, entidade esta que congrega 20 federações filiadas e mais de 1200 entidades filiadas às nossas federações, criada, inclusive, fundada pelos aposentados, em 1985 e que tem uma participação histórica nesse movimento em defesa dos aposentados e quem de nós não recorda as lutas que travamos nos 147%? Uma luta memorável, histórica. Hoje, o movimento de aposentados, como também o Movimento Sindical da ativa, que cria Centrais Sindicais, como os aposentados, que criam também outras entidades representativas. Mas, na verdade, o movimento do aposentado está sendo desrespeitado, discriminado pelos nossos governantes. E um dos problemas que eu entendo que seja a realidade é, realmente, aquilo que o companheiro Wilson falou: "A nossa divisão dos movimentos enfraquece e enfraqueceu e os governantes desejam realmente que isso aconteça para que se aplique o que estão fazendo com os aposentados, desrespeitando, inclusive, os direitos adquiridos que nós conquistamos com suor e sangue e com muitas lutas". E entra Governo e sai Governo, nós aposentados, pensionistas, chegamos até o momento de participarmos, neste país, da história de um Governo de esperanças, aonde jogamos toda a nossa confiança, todas as nossas esperanças de vermos corrigidas as distorções e as injustiças que estão sendo cometidas com os aposentados pelos governantes anteriores. Verificamos, inclusive, os critérios adotados para fins de reajustamento de salário mínimo e os reajustamentos dos benefícios acima do teto do salário mínimo, com mudanças, inclusive, que trazem e levam os aposentados, senhor Presidente desta Casa, senhor Senador e demais Deputados e Senadores, leva ao desespero. Inclusive, essa classe sofrida de aposentados que estamos hoje atingindo a casa de 24 milhões. Quando desvincularam o reajustamento dos benefícios acima do teto do salário mínimo, do salário mínimo, nós tínhamos nove milhões de aposentados e pensionistas incluindo os trabalhadores rurais que recebiam até um salário mínimo. Hoje, com esta desvinculação perversa, inclusive, já atingimos a casa acima de 16 milhões de aposentados e pensionistas que recebem esse mísero salário mínimo, inconstitucional, que não atende coisíssima(F) nenhuma às necessidades básicas de uma família, com habitação, com alimentação, com saúde, com remédios, medicamentos, com transporte, com lazer e Previdência. E faço esse desafio,

se, realmente, esse novo salário mínimo que estão dizendo que foi uma grande vitória porque conseguimos passar para 350 reais, eu faço esse desafio: Se qualquer um de nós tem condições de viver com uma família com esse salário miserável de 350 reais? Porque tudo aumenta, os remédios estão aí, à vontade, sendo aumentados quase todo o mês. Os planos de saúde, quem não tem um plano de saúde, hoje, está morto; morre na porta dos hospitais, porque, inclusive, a assistência à saúde está falida, a pública, e todos nós devemos, então, para ter a assistência imediata, à saúde nossa tem que ter um plano de saúde. E aumenta também, embora tenha mecanismo controlador, nós esbarramos, inclusive, até com decisões judiciais que determinam valor de reajuste muito acima daquilo que a ANS determina para regulamentar os planos de saúde. O salário mínimo, nesse país, ele vem vindo perdendo as condições de compra permanentemente. E o pior, o agravante, que nós estamos caminhando para, dentro de curto prazo, nesse país, aposentados de salário mínimo, ou seja, as aposentadorias por tempo de serviço, as aposentadorias especiais que, inclusive, conquistamos com suor e trabalho, nós estamos perdendo, através da discriminação e de índices diferenciados. E com um agravante: São 12 anos que o movimento de aposentados, as lideranças constituídas por dirigentes de federações, de confederação, de associações, até este momento, estamos sendo discriminados também pelo próprio Governo Federal. Os Ministros têm recebido, mas nada têm feito e nem têm poderes, se não me engano, para fazê-lo. E o Governo Federal, vai passando para 12 anos, que não recebe as lideranças de aposentados. Mais um fato que eu estou trazendo aqui de discriminação ao idoso, ao aposentado, que está ocorrendo. Se não bastassem outras que ocorrem em nosso meio. Até quando, senhor Presidente, nós vamos agüentar essa situação, esperando, inclusive, com aquela esperança da equivalência, inclusive, dos valores de salário mínimo? Que aposentamos até 10 salários e muitos dos nossos aposentados, que se aposentaram após 30, 35 anos de trabalho, com oito salários mínimos e hoje estão recebendo de três a quatro salários mínimos. Aposentados, inclusive, já não estão mais tristes de ver esse quadro negro da história nossa, estão é muitos revoltados, que existem, inclusive, aposentados e pensionistas morrendo de fome nesse país, perdendo, inclusive, as suas esperanças e com um agravante: 60% dos 23 milhões de aposentados ainda têm, sobre seus ombros, a responsabilidade de sustentar a sua família, seus filhos, seus netos, escolas, remédios, alimentação, porque também está ocorrendo um fato muito sério nesse país, que é o grande índice de desempregados, além da necessidade de se construir, inclusive, a oferta de novos empregos, que a cada ano, se tem um número elevado de jovens à procura do mercado de trabalho e a falta desse desenvolvimento leva, inclusive, muitos até a marginalidade. Senhor Presidente, senhor Senador, é muito grave o que está ocorrendo. Se o Governo Federal, até o momento, está discriminando os aposentados, não recebendo para um diálogo, para um entendimento--[soa campainha] --Nós temos a esperança, ainda, vou concluir, senhor Presidente, que esta Casa que, para nós, é a Casa do povo e temos muito respeito por ela, porque por aqui também passamos, que encontre caminhos e mecanismos, se realmente ela é a classe, ela é a representativa do povo, através desta Comissão, abrir, inclusive, esta negociação em nome da classe de aposentados e pensionistas desse país. Nós gostaríamos de ver esta possibilidade e tenho fé, inclusive, que essa proposta poderá significar os sonhos de esperanças nossas de termos ainda os nossos representantes no Congresso, falando, defendendo as justas reivindicações dos aposentados e pensionistas do Brasil. Recursos existem; no ano de 2004, nós temos informações, que houve um superávit da Seguridade, que é o tripé Previdência Social, Assistência social e Saúde pública, obteve um superávit acima de 42 bilhões de reais. E se não bastasse esse superávit, nós verificamos que o país cresceu no seu desenvolvimento, inclusive, arrecadando mais, mas estão indo para outro canal, para outro caminho os recursos. Até para pagar essa dívida externa e juros da dívida externa, antecipadamente, com certeza, saíram recursos da Seguridade Social, do CPMF, do COFINS e outros recursos que nós conquistamos também na nova Constituição. Há poucos dias foi aprovada, aqui no Congresso, uma Medida Provisória, a 255, para atender, inclusive, às reivindicações dos pequenos empresários na área de exportação. De onde saiu esse recurso? Eu sei. Saiu, inclusive, dos recursos da seguridade, da COFINS, do CPMF e outros recursos que estavam, que são destinados, exclusivamente, para atender a necessidade da Seguridade Social. Ainda tiraram recursos nossos; é sinal que existe até demais. Então, eu vou concluir, senhor Presidente, senhores Senadores,

meus amigos da Mesa, senhoras e senhores. Nós ainda temos esperança de conseguirmos, neste ano, os reajustamentos que venham por direito a partir de abril, que o Estatuto do Idoso assegura esse direito, no mesmo mês que reajusta o salário mínimo, também tem que reajustar o salário acima do teto do salário mínimo. Que seja em abril. E também se for 16% ao salário mínimo, que seja também extensivo, estendido esse mesmo percentual de 16% para quem ganha acima do salário mínimo. Só assim estarão fazendo justiça com a classe de aposentados e pensionistas desse país. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Marcílio continua com a vênua de Deputado...

SR. BENEDITO MARCÍLIO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós agradecemos aqui a participação na Mesa do companheiro Wilson Roberto Ribeiro e também do Marcílio e queremos convidar agora Edson Guilherme, Presidente do MOSAP e João Batista Incocentini, do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical. Com a palavra, o senhor Edson Guilherme--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois, é Paulo José Zanetti.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): --Ah, Paulo José Zanetti...

SR. EDSON GUILHERME: Senhor Deputado Jackson Barreto, muito digno Presidente desta Comissão Mista, excelentíssimo senhor Senador Paulo Paim, senhores, excelentíssimos senhores Deputados, excelentíssimas senhoras Deputadas, senhores dirigentes de entidades, senhoras dirigentes de entidades, senhores e senhoras, na condição de Presidente do Instituto MOSAP, que é o Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas, do serviço público, portanto, servidores, a nós, para nós, é uma honra estar aqui participando, estar aqui vivenciando, estar aqui sentindo a realidade e suas conseqüências em relação ao salário mínimo. Poderiam vocês dizer: "Mas o que tem haver vocês do serviço público conosco aqui do Regime Geral?" Temos muito a ver. As nossas lutas são comuns na busca da qualidade e da dignidade de vida de nós servidores, enquanto aposentados e pensionistas. Portanto, é comum a nossa luta. Mas eu não poderia prosseguir sem fazer uma menção ao nosso Senador Paulo Paim. Sabemos que, além da luta que ele vem desenvolvendo desde os seus tempos de trabalhador, lá nas fábricas, em prol dos trabalhadores, já naquelas oportunidades, ele tinha a preocupação também com os servidores públicos lá do Rio Grande do Sul e, depois, aqui no Parlamento, como Deputado Federal, continuou a sua luta, unindo as suas forças em defesa de todos os aposentados do Regime Geral e todos os servidores aposentados e pensionistas desse país. E queria estranhar, eu queria estranhar aqui o por quê que o Senador Paulo Paim, conhecedor profundo da questão, sobretudo do salário mínimo, dentre outras, é lógico, não foi convidado para participar antes que o Projeto de Lei do salário mínimo aqui chegasse. Porque nos parece, me parece, e me perdoem, se eu não estou correto, mas eu acho que o Senador e outros parlamentares que sempre lutaram já deveriam estar lá nas Comissões, trabalhando já no Executivo, pelo menos, sendo ouvidos, o que, me parece, não aconteceu. Então, alguma coisa não está consentânea com a história e, digo também, com a necessidade da ampliação e de busca dos conhecimentos dessa realidade que é tão cruel. Portanto, eu faço aqui uma homenagem ao Senador Paulo Paim, em nome dele, a todos os parlamentares que se preocupam com essa questão do salário mínimo, mas também se preocupam com a questão dramática dos servidores públicos desse país. Porque dizem-- [palmas] --Dizem que, a partir de Collor, que os servidores públicos eram marajás. É verdade que tinham marajás aí e ainda têm. Não vamos negar isso. Ainda têm. Talvez o Governo não teve a coragem de cortar onde há realmente privilégios. Preferiam ir pelo varejo, cortou todo mundo. E, pensando assim, imaginou que iria salvar e sanar esse problema da Previdência Social Pública Brasileira. Nós teríamos muito a conversar e falar aqui, mas eu sei que o tempo é curto e nós devemos respeitá-lo. Mas eu queria dizer, como Presidente do Instituto MOSAP, embora eu não ganhe salário mínimo, e aí não é demérito de quem não ganha salário acima do mínimo, um pouco acima do mínimo, só porque é servidor

público, porque tem muito servidor público que não ganha, e eu diria, até o salário mínimo, porque o salário mínimo que servidor público ganha, muitas vezes, não significa todo aquele dinheiro que ali está porque já foi suprimida muita coisa. Então, eu quero dizer apenas para os nossos queridos colegas, eu não gosto mais da palavra companheiro, me perdoem, porque nós do MOSAP e da COBAP, por iniciativa do Senador Paulo Paim, recebíamos, em 2001, me parece, na Campanha Presidencial, recebíamos o candidato Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente. Naquela oportunidade, o então candidato, nos tratava carinhosamente de companheiros, nós servidores públicos e todos os trabalhadores da iniciativa privada. Findas as conversas e os discursos, o Presidente Lula, o candidato Lula nos chama a mim, Presidente da COBAP de então e o Senador Paulo Paim; ele diz o seguinte: "Vocês fiquem tranquilos que nós precisamos fazer as reformas". E nós não éramos contra as reformas. E nem hoje somos contra as reformas. Mas ele disse: "Fiquem tranquilos porque nós não vamos atingir direitos adquiridos de ninguém porque a Constituição cidadã assim garante e está escrito lá no artigo 60, § 4º". Saímos de lá tranquilos, talvez não, mas corajosos e esperançosos e trabalhamos para a eleição do candidato Lula. Nós, que tínhamos sido massacrados já pelo Governo neoliberal de FHC, por diversas vezes, tentávamos, no Congresso Nacional, instituir a famigerada contribuição para a Previdência Social por parte de quem já estava aposentado. Portanto, atingiu aposentados e pensionistas. Pois bem, terminada essa fase, fomos conversar com o Ministro Palocci, hoje Ministro Palocci, o então, coordenador de campanha, mais o Dr. Gushiken em São Paulo, a mesma afirmativa. Assumiu o Governo, o Ministro Berzoini, nos recebe e diz: "Não percam tempo com a gente, conosco, nós, Governo, que nós vamos respeitar os direitos adquiridos". Deu o que deu e nós todos sabemos como é que nós estamos. Bom, então nós, servidores públicos, sobretudo aposentados e pensionistas, estamos absolutamente solidários com a luta de vocês, com a luta da COBAP e de todas as outras confederações e federações, sindicatos, que defendem com unhas e dentes a necessidade da preservação de um salário mínimo digno e, de preferência, que se cumprisse a Constituição Federal porque o salário mínimo, da forma como ele está, me perdoem os senhores parlamentares, ele não responde, na verdade, às necessidades mais básicas do trabalhador e também não responde, também, a de muitos servidores públicos por esse Brasil afora, em municípios e até Estados que, talvez, recebam o salário mínimo ou um pouquinho mais. Então, o que eu tenho a dizer para vocês, por obrigação, é a solidariedade nossa, enquanto dirigentes desse movimento. Eu vi agora entrar aqui o nosso Deputado Alceu Collares. Eu não tenho medo de dizer para vocês que eu fui servidor dessa Casa 30 anos, ouvi muitas e muitas vezes o Deputado Alceu Collares falar sobre Previdência, sobre problemas do trabalhador e, inclusive, dizer para os parlamentares: "Vocês têm que aprender a minha lição, vocês têm que estudar a Previdência, vocês têm que aprender a respeitar o trabalhador desse país e vocês têm que aprender a respeitar o servidor público desse país". Está aqui, hoje, ele, de cabelos brancos; vai pintar, diz ele, mas vai pintar com aquela coragem que nos transmite, a nós todos, a continuarmos nessa luta, a acreditarmos naquilo que o Deputado Alceu Collares já falava na Câmara dos Deputados, antes de ser Governador e assim também o Paulo Paim e assim outros parlamentares. Então, o que eu quero dizer para vocês, que esse falado déficit da Previdência, e hoje já se fala de um trilhão; um trilhão, está aqui o jornal, hoje, "Jornal de Brasília", da Miriam Leitão; Ela fala com tranquilidade desse um trilhão e deve estar chorando também quando ela fala, mas ela fala porque os patrões mandaram, porque se ela fosse, na verdade, considerar aonde está o dinheiro da previdência, onde foi, historicamente, o dinheiro da Previdência, eu tenho certeza que ela estaria falando diferente. É por isso que nós temos esses problemas todos e, nós servidores públicos, tal qual vocês do Regime Geral, não podemos perder a esperança. Eu acho que nós temos motivos para não perdermos a esperança, desde que, e já foi dito aqui, nos unamos, servidores públicos e do Regime Geral, porque nós todos estamos numa mesma canoa e nós não podemos naufragar perante as imposições do FMI, as obediências cegas dos Governos atuais e passados, que cumpriram religiosamente a carta e, aliás, o atual cumpriu até melhor do que o anterior, porque não me consta que o anterior tenha pago o FMI antes de vencer. Pelo contrário, ia chorar mais um tempinho, pois pasmem, esse ano eles pagaram antecipado. Se pagaram antecipado, teriam dinheiro em caixa para realizar e cumprir com, talvez, esse preceito constitucional de dar salário mínimo digno a todos

vocês. E também respeito aos servidores públicos desse país porque servidor público também não tem aumento não. O que se dá aumento é através de gratificações. E aí, minha gente, os aposentados e pensionistas que lutem e briguem porque senão, daqui a mais alguns anos, nós não teremos mais salários porque a coisa está se achatando cada vez mais. Eu queria somente dizer o seguinte: [Soa a campainha] Nós ainda acreditamos no Congresso Nacional e se nós acreditamos no Congresso Nacional, nós temos, esse ano, o período de eleições e o nosso único instrumento, que ainda temos, imagino que ninguém nos vá tirar, é o exercício da cidadania através do voto e nós não podemos esquecer os passados para votar em homens que venham de volta para o Congresso. Eu tenho, talvez, até ousadia, mas eu não vou ter vergonha de dizer: Nós só vamos apoiar aqueles parlamentares que realmente entenderam e entendem a questão da dignidade do servidor público brasileiro e do trabalhador desse país. É nesses termos--[palmas] --É nesses termos que eu quero cumprir aqui o horário e dizer a vocês que eu me sinto muito lisonjeado em estar aqui com vocês e reafirmo a nossa disposição para continuarmos irmanados, cada um nas suas questões, mas quando eu tenho questões, eu vou buscar o apoio de vocês e nós, quando vocês têm as questões de vocês, vocês têm diariamente, como nós, nós deveremos estar sempre juntos. Então, é nessa perspectiva que eu encerro, cumprimentando novamente, Senador Paulo Paim, Deputado Jackson Barreto e Deputado Walter Barelli, pedindo desculpas se eu tenha dito algum disparate, mas eu falei, não por escrito, eu preferi que meu coração falasse porque, daí, eu tenho certeza que eu não iria mentir, eu iria dizer aquilo que realmente o meu velho pai, de 92 anos, reclama comigo todo dia: "Meu filho, por que eu contribuí com cinco salários e hoje só ganho dois, dois ponto qualquer coisa?". Eu digo: "É por causa da nossa situação". Mas é por isso que nós estamos aqui e é nesses termos que nós vamos continuar lutando. Muito obrigado a todos. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós passamos a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional, ao representante, Paulo Zanetti, da Força Sindical.

SR. PAULO ZANETTI: Boa tarde a todos, queria fazer uma saudação à Mesa, em especial ao Deputado Jackson Barreto, ao Deputado Walter Barelli, Senador Paim, demais autoridades e, em especial, aos aposentados e aposentadas que aqui estão presentes. Eu... A minha vida de sindicato foi única e exclusivamente no Sindicato dos Bancários de Curitiba. Eu sou funcionário do falido BANESTADO. E se aquela CPI não tivesse virado pizza, esse país já seria diferente porque Valerioduto, Mensalão, não chegam aos pés do que foi roubado do BANESTADO. Dizem que vão reabrir, e se reabrir, aí sim, esse país poderá ser diferente e nós poderemos daí acreditar nessa política desse país. Falar do salário mínimo é dizer que ele já teve seus valores significativos no passado. Criado na era de Getúlio Vargas, ele já chegou a valer sete, oito vezes o que vale hoje, mas hoje ele não vale 1/5 do necessário. Os estudos do DIEESE dizem que o salário mínimo hoje necessário seria em torno de R\$1.496,56, para que uma família com dois filhos, tivessem uma condição digna de sobrevivência nesse país. Mas nós estamos muito distantes. O salário mínimo agora vai a 350; então, é uma diferença muito grande, todo mundo fala do achatamento que ocorre e isso é uma realidade, todos nós que aqui estamos tivemos sensivelmente reduzido o nosso poder aquisitivo. Eu posso falar da minha situação, eu tenho uma Previdência Privada, por trás de mim, então, eu tenho uma situação um pouco até diferenciada. Mas nós não podemos nunca nem sequer poder permitir que esse Governo queira vender a Previdência, tornando-a, privatizando a nossa Previdência. Nós temos que defender a Previdência pública como obrigação do Estado *ad eternum* para que nossos filhos também possam ter uma aposentadoria digna nesse sentido. Então, nós do Sindicato dos Aposentados, nós temos feito um trabalho e nós queremos apresentar já como solução e sugestão à Mesa porque agora, nesse momento em que o salário mínimo... Nós não podemos negar que não teve um aumento real, sim, são 12%, aproximadamente, porque o salário mínimo, o reajuste nos demais, está se falando entre quatro e 5%, estão falando em quatro e 5% se nós não nos unirmos já. Todos os companheiros falaram da necessidade da União, já semana passada, os aposentados de São Paulo se manifestaram. Agora, todas as centrais, juntas, no dia 23, pretendemos fazer uma grande manifestação em São Paulo, na Av. Paulista, para dizer aos nossos representantes que nós queremos o mesmo percentual que for dado ao salário mínimo,

nós queremos que seja extensivo à todos porque o companheiro também falou: "Nós vamos ter que fazer que nem fazem nos países europeus, nós vamos ter que conscientizar os aposentados". E só vamos votar naqueles que assumirem o compromisso conosco, é isso que fazem na Itália, isso que nós temos que fazer nesse país, temos que nos valer de todos os instrumentos de comunicação e dizer aos aposentados desse país que aquele que não honrar, que não votar nas nossas reivindicações não merece o voto dos aposentados. A situação que nós vivemos hoje é uma situação muito difícil. Na Previdência Social existia um triângulo, que era um triângulo retângulo, que tinha uma base, tinha um meio e tinha um pico; só que esse triângulo retângulo, os Governos que se instalaram nesse país, transformaram num triângulo isósceles, onde o pico do triângulo já está encostado na base, e isso é terrível, e como nós falamos e se nós estivermos vivos, nossos descendentes, daqui a alguns anos, todos estarão ganhando quase um salário mínimo. Esse país está fadado a um salário mínimo. Mas se fosse um salário mínimo desse do DIEESE, não nos preocuparíamos, mas é um salário mínimo de 1/6 daquilo que é necessário. Então, nós temos que começar uma luta incessante, incansável para poder promover as transformações que nós achamos dignas. O aposentado precisa voltar a ter a sua dignidade, voltar, nós precisamos fazer com que o aposentado volte à rua, que o aposentado deixe de andar de cabeça baixa, porque eles, nós somos, nós somos aqueles que somos responsáveis até por esse desenvolvimento desse país e muita gente fala que os da ativa estão pagando os aposentados, eu fico com... Isso é conversa mole, nós pagamos muito para que tivéssemos, no final da nossa vida, um direito... Mas não se aposentar... O tempo de 20 salários mínimos, depois para 10 salários mínimos... Aposentei-me com 10 salários mínimos, hoje ganho cinco salários mínimos e meio. Então, isso é muito trágico e é muito ruim. O que nós queremos? Recomposição do poder de compra. Então, nós estamos dispostos a dialogar com o Governo: Se não dá para dar tudo, vamos, aos poucos, recompor o poder de compra dos aposentados e queremos ser tratados diferente; nós queremos ter políticas públicas voltadas efetivamente para o pessoal da terceira idade. Nós queremos uma Cesta Básica de remédio que seja livre de impostos porque para alimentos para cachorro, para cavalo, o imposto é 12; por que para o remédio são 18%, conforme o Estado, 17%? Nem tratados como animais eles não querem nos permitir. Então, temos uma pesquisa onde diz que nós gastamos R\$220,00 por mês, em média, de remédio, os aposentados gastam. Será que não poderia ter um projeto em que se cria uma Cesta Básica de remédios de uso contínuo para que pudéssemos minimizar essas diferenças? A questão dos planos de saúde, dos remédios... Estão subindo muito além da inflação e isso faz com que o nosso poder de compra seja reduzido sensivelmente. Então, as nossas condições, quanto mais idosos nós ficamos, não vou falar nunca a palavra "velho" mas idosos, nós ficamos, então, cada vez mais, o nosso poder de compra vai diminuindo e isso aí nós temos que fazer alguma coisa para recuperar o poder de compra. E existem muitas condições: Vamos acabar com a fraude; o tal do cadastramento, que nós queríamos, dos 900 mil aposentados convocados... Apareceram acho que 700 mil. Onde é que está o resto? Será que estão vivos? Será que estão mortos? Será que existe tamanha fraude que nós temos denunciado nos últimos anos, 10, ou mais de 10% dos aposentados que recebem da Previdência Social são mortos, são fantasmas? Será que vamos fazer alguma coisa? E não era esse tipo de cadastramento que nós queríamos não, ainda, onde o advogado pode levar 150, duzentas procurações. Achamos que ainda, por traz disso, têm coisas muito ruins. Eu acho que esse cadastramento, que já foi um fracasso desse Governo, deveria ser feito nos moldes que as entidades dos aposentados sugeriram; não seria uma coisa da Força Sindical não. Seria um movimento da sociedade organizada brasileira, seriam todas as centrais, sindicatos, igrejas, tudo isso, num mutirão, para que pudéssemos acabar de vez com as fraudes na Previdência. Acreditamos que esse sistema, esse senso previdenciário, isso aí é brincadeira e vai ser, talvez, um dos maiores desgastes desse Governo se não mudar já. Vamos ver agora, estão chamando mais treze milhões, vamos ver quantos aparecerão para fazer o cadastramento. Os bancos pegaram dinheiro e não estão preocupados em nada, em atender os aposentados. Falo isso de cadeira porque eu falei, agora há pouco, eu sou, minha vida inteira de bancário, está difícil o atendimento aos aposentados e a ficha também não é muito simples não. Não sei se a maioria de todos que aqui estão, já viram da ficha do Senso; tem NIT, tem PASEP, tem muitas coisas que

as pessoas, infelizmente, os idosos ainda não sabem; são fichas preenchidas em quadradinho, tudo isso dificultando a vida. O que nós tínhamos sugerido ao Governo é que passasse para as entidades representativas. Todos nós estávamos dispostos a ajudar o Governo nesse mister, mas, infelizmente, não fomos ouvidos. Mas acho a inércia, a incapacidade desses, até dos bancos de atender a esse projeto, vai ser, com certeza, vai ser modificada porque do jeito que está, eu acho que não vai aparecer nem para 16, para 24 milhões de aposentados; acho que uns oito milhões não vão aparecer. E ainda vamos ter que ir atrás e vai ser difícil de encontrar. Para os bancos é muito cômodo, esse dinheiro cai todo o mês lá e, de repente, ele desaparece. Isso aí são os lucros diversos que nós chamávamos no banco; todo o dinheiro que sobra as pessoas que morrem não sacam, vão lá buscar isso daí. Os grandes devedores desse país, porque o INSS não vai buscá-los? Isso é uma coisa muito grave. Então, os grandes devedores também; precisaríamos fazer com que pagassem sua dívida junto ao INSS. Até ações regressivas, empresas, serem obrigadas a devolver aquilo que estão, que os funcionários estão tirando do INSS, porque tem muita preocupação nesses... Enfim, outra coisa, trabalho informal nesse país, mais do que 57% dos trabalhadores informais, quer dizer, informais, já está a palavra já diz: Não tem carteira assinada, não tem contribuído, não tem um seguro social para a sua sobrevivência. E falamos isso lá em Curitiba, chamamos a Ponte Preta lá, "não tem lugar para todo mundo embaixo da Ponte Preta"; estão preocupados em sobreviver, mas não estão preocupados com o seguro social e se isso não tiver nós não podemos ver um final de vida feliz a todos esses trabalhadores que estão na informalidade, que não estão contribuindo. Então precisam-se de políticas, que esse Governo se preocupe que os trabalhadores voltem à contribuir todos para a Previdência Social porque o futuro espera por eles e sem isso aí, que não é grande coisa, mas pelo menos teriam um final de vida um pouco mais digno. Então, essa mobilização da qual nós estamos participando, junto com as demais centrais, é importante que todos se engajem. Dia 23, vai ser em São Paulo, mas vamos começar levar para os estados; no Paraná, nós vamos fazer em março, uma grande mobilização dos aposentados. Enfim, companheiros, eu acho que dá para a gente fazer alguma melhoria nas condições de vida dos aposentados se nós nos irmarmos, se nós todos soubermos a força que nós temos, divulgar... Nós tivemos esses dias um encontro internacional e vivenciamos a experiência européia. Vamos tentar trazer para o Brasil, vamos indicar os nossos representantes aos aposentados. E nós não temos só o nosso voto, porque nós somos formadores de opinião, porque se nós é que vamos pedir aos nossos filhos e nossos netos que estas pessoas que vão ser os nossos representantes, nós é que vamos indicar e se todo mundo partir nisso, vai ser uma coisa boa. Nós não queremos que iguais sejam tratados diferente nesse país. Todos somos aposentados e esses 16 milhões, 16,66 porque oito milhões vão ganhar 5%. Então, fica essa sugestão, esse recado e nós vamos dar a nossa resposta na nossa mobilização e nas eleições que aí estão se aproximando, só vamos nos comprometer com aqueles que se comprometeram conosco. Esse é o recado do nosso Sindicato. Muito obrigado por me dirigir a tão seletivo público. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o senhor Edmundo Benedetti Filho, Presidente... Desculpe aí... É um dos convidados? Convidado Edmundo Benedetti Filho, Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas e senhora Sayonara Pereira Oliveira, Diretora da Fiscalização Sindical da FENAFISCO.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pronunciamento fora do microfone (1h24min e 57segundos do áudio)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Espera aí que a moça está falando. Eu quero passar a palavra ao senhor Edmundo Benedetti Filho, da CENTRAP.

SR. EDMUNDO BENEDETTI FILHO: Excelentíssimo Deputado Federal Jackson Barreto, Presidente dessa Comissão Mista, excelentíssimo Deputado Walter Barelli, de São Paulo, nossa terra, que nós tivemos contato com o Dr. Barelli do tempo do DIEESE, excelentíssimo senhor Senador da República, Paulo Paim, tomo a liberdade, em nome dos meus aposentados, de transmitir-lhe o nosso respeito pessoal, a nossa admiração e o nosso carinho muito especial com o senhor. Tenha certeza que na nossa categoria o senhor é muito querido. Somos de São Paulo e digo isso porque nós temos reuniões

quinzenais e em todas elas eu tenho uma cobrança dos meus aposentados, dos nossos representados: "Por favor, convide o Dr. Paim, convide o Dr. Paim". Eu faço esse convite aberto ao senhor, dia oito de março, agora, nós estaremos fazendo uma grande homenagem a toda as pensionistas nossas e, publicamente, eu não me furtaria a fazer esse elogio e esse cumprimento ao senhor. O senhor é merecedor disso e eu o faço em meu nome e em nome de toda a nossa categoria. Muito obrigado pelo seus serviços em defesa aos nossos aposentados. Foi dito aqui que ex-Ministro da Previdência anunciou que a Previdência, segundo os seus cálculos, tem um rombo de um trilhão e que, em 2015, o nosso sistema entra em colapso e que o custo da Previdência, hoje, equivale a 13% do PIB. Todas notícias absolutamente alarmantes. Nós não temos esses números, com certeza, mas não se diz, e eu gostaria, que um dia também dissesse, a quantas anda a arrecadação do INSS? Quantos imóveis o INSS possui? Que há comentários que o INSS é a maior imobiliária do país. Eu já ouvi esse comentário. E eu não sei quantos imóveis o INSS tem, como os utiliza, se é alugado, se não é alugado. Como é que é feita a arrecadação do INSS? E isso nós temos sempre discutido junto com os nossos pares porque alguns empresários, propositalmente, não recolhem a Previdência. Não recolhem e deixam passar, depois conseguem um tal de um parcelamento que eu não sei, eu ouvi falar que vai a 60 meses e que depois pagam esse parcelamento com títulos que eles compram dos trabalhadores, do precatório deles, pagando 20% do que o trabalhador tem direito a receber de causas ganhas em juízo há mais de 20 anos esperando o precatório. Alguma coisa o Parlamento tem que fazer para mudar isso. Parece-me que essa balança não está bem equilibrada. Eu entro em juízo com os meus trabalhadores, ganho um processo demorado na Justiça Federal e os senhores sabem disso, fico numa fila de precatórios para, no desespero, ter que vender o meu precatório para um empresário que sonogou a Previdência me pagar 20% para ele poder quitar a dívida dele. Alguma coisa está errada. Alguma coisa não está certa nisso. É preciso que se faça alguma coisa para, aí sim, nós podermos comparar o que o ex-Ministro está dizendo, que esse rombo de um trilhão, para vermos todo esse mecanismo como funciona, claramente, abertamente para que toda a sociedade saiba, porque, para muitos, e digo isso como um simples cidadão brasileiro, isso é uma caixinha que ninguém vê. Eu não sei. O INSS tem imóvel aqui, ali, está alugado por R\$100,00 aqui, por mil ali, não sei, ninguém sabe. Em nível de população, eu acho que isso deveria ser um pouco mais aclarado. Em nível de aposentado, isso devia ser um pouco mais discutido. O que nós entendemos? Que nós deveríamos ter uma organização de uma Comissão Interministerial, tripartite: Congresso, Governo e órgãos representativos das entidades dos trabalhadores aposentados, com respaldo das Centrais Sindicais; que essa Comissão fosse permanente para que levantasse todas as questões e que se projetasse um futuro, um futuro. Para quê? Para que, se essas previsões do ex-Ministro estiverem certas, para que nós possamos fazer alguma coisa, aí sim, se estiverem certas, a sociedade se convencer que o cálculo do ex-Ministro está correto. Nós sabemos que o sistema, realmente, se tiver esses números, não vai agüentar. Não adianta eu ter um salário mínimo de 350 ou de 500 se eu não tiver como pagar. Não tem jeito: Tudo que eu contribui, eu trabalhei, eu vou perder. Então, me parece que essa Comissão é de fundamental importância, onde estariam os órgãos representativos da classe dos aposentados e pensionistas, Parlamento e o Governo, discutindo, mostrando os números, com toda a frieza, com todo o momento que nós estamos vivendo. Nós queremos o que é nosso? Queremos. Não queremos ser tratados como um cidadão de segunda categoria nesse país? Não aceitamos. E eu digo segunda categoria por quê? Porque sequer o índice do INPC correto nos é aplicado. Não estamos falando mais nada. Só estamos pegando o INPC, que já não mede corretamente para nós, nem esse nos dão. É preciso que nós entremos em juízo, e nós estamos ajuizando uma centena, milhares de ações para recuperar alguns percentuais que o INPC real não nos foi aplicado, não nos foi aplicado. Quer dizer, isso é ser tratado, na nossa ótica, com muito desleixo. Nós não merecemos isso. Nós temos uma classe de aposentados e nós, que convivemos diariamente com eles, sabemos das suas dificuldades. Eu sei perfeitamente o que significam R\$30,00 para um aposentado. Eu sei. Nós entregamos 4.500 cestas. Eu sei o que é um aposentado ficar sem uma cesta de alimento. Eu estou falando de um aposentado que trabalhou 40 anos, não estou falando de um cidadão que só deu desfalque, que só fez maracutaia, ou que só aprontou nesse país. Não, eu estou falando-- [Palmas] --Daquele trabalhador que

ganha R\$350,00 por mês. Se ele não receber aquela cesta, nós vamos ter que fazer uma cotização para ele comer porque ele não tem o que comer. É desse cidadão. Eu Não estou falando do cidadão que frauda o INSS, que parcela e paga com o meu dinheiro. Eu estou falando daquele cidadão, daquele pobre cidadão. Felizes daqueles que têm uma Previdência suplementar, que podem ter isso. A grande maioria não pode, não tem como pagar. Não tem jeito, não tem jeito. Então, nós queremos respeito. A única coisa que nós pedimos: "Nos dêem o que é nosso de direito, o que nós perdemos, o que nós, o que nos foi tirado". Vamos ver, no Governo Lula, faltou o reajuste de acordo com o INPC? Faltou. No Governo Fernando Henrique faltou? Faltou. Nos demais Governos faltaram? Faltaram. Nós não estamos falando em equiparação com o salário mínimo não. Essa é outra discussão. Eu estou falando é de correção para o INPC. Só isso. Nem isso nos deram. E como que nós vamos falar de equiparação, de podermos ganhar um salário melhor se nem isso nós somos considerados. Parece-me que numa organização feita com o Congresso, com os representantes e com o Governo, isso não aconteceria. Não. E eu acho que essa discussão passaria antes, passaria antes. Vamos ver: Quando é que é o orçamento? Quando eles vão discutir? Qual é a proposta orçamentária para a nação? Que nós vamos fazer para os aposentados? Discutir tudo. Discutir tudo claramente. Olha, esse Governo, se o país não tem dinheiro, se o país está falido mesmo, nós vamos discutir também. Nós queremos saber, queremos saber disso. A correção para o INPC é outra discussão que nós gostaríamos de fazer um dia. Então, Dr. Barelli, que muito nos ajudou nisso, por quê? Eu entendo que o meu gasto com medicamento é muito maior que o meu gasto com vestuário, por quê? Porque eu tenho mais de 60 anos. Porque eu tenho que ir ao médico constantemente. Porque eu vou comprar um remédio que custa R\$350,00 e que o meu posto de saúde não tem esse remédio. Ou meu filho me compra ou eu morro. Não tem alternativa. O que me parece mais justo, mais justo? Se o Governo pudesse olhar um pouco essa parte de medicamento para nós. Que faça uma cesta de medicamentos subsidiada, que faça algum tipo de processo que não nos deixe morrer pela falta de medicamento. E que um outro índice venha a corrigir as nossas futuras correções de aposentadoria, dos nossos benefícios, e pudesse levar em consideração, num peso muito maior, muito maior, as nossas necessidades, daqueles que já estão aposentados. Nós temos aposentados e pensionistas que vão de bengala em nossas reuniões. Nas nossas reuniões são coisa de 800, 900 pessoas. Eles não perdem, eles participam. Vão de bengala, vão de bengala, vão de muleta, vão de muleta e nós recebemos todos com muito carinho e todos sempre reclamam isso: "Edmundo, como é que eu compro o meu remédio? Como é que eu vou comprar o meu remédio? Eu vou falar com o meu Vereador, Deputado, para ver como eu arrumo esse remédio". Olha que situação ficou um trabalhador, uma trabalhadora, depois de 35, 40, 45 anos de serviço, não ter como comprar um medicamento. Nós vamos viver mais? Vamos viver mais. Por quê? Porque o processo de medicamentos, de medicina evoluiu. Evoluiu. O Governo vai gastar mais conosco? Vai gastar mais conosco. Agora, se o Governo também quiser pensar que um cidadão de 60 anos é apto a trabalhar, eu topo discutir. Eu topo. Cadê as propostas de política de incentivo para que este trabalhe? Eu topo discutir isso. Por que eu quero discutir isso também? Porque quem vai a São Paulo e anda ali na Duque de Caxias, na Praça da Sé, vai ver quantos aposentados que ganham um salário mínimo, passam o dia inteiro com pirulito aqui na mão, segurando aquilo, com o [inaudível] (1h36min46sdo áudio). Estão todos ali, para ganhar o quê? Para ganhar R\$15,00, R\$10,00, um dia inteiro embaixo do sol, lá, porque o que ele ganha no INSS não dá. Agora, afora esse, nós temos um segmento de aposentados nossos que foram instruídos nas empresas, que fizeram treinamento nas empresas, que são *experts* em seus serviços, mas que, num determinado momento, seja ele por que for, ou por uma dessas empresas privatizadas, redução de salário, ele foi mandado embora e se aposentou. Esse cidadão é apto a trabalhar? Absolutamente apto a trabalhar. Cadê o incentivo para ele? Nós fazemos curso lá, nós tentamos fazer alguma recolocação para aposentado para que ele volte a trabalhar. Para que ele volte a trabalhar. Não temos nada. Não vejo, assim, uma política que pudesse dizer: "Olha, esta é a política nossa para reaproveitar, requalificar um pouco dessa mão-de-obra que as empresas e o Governo gastaram tanto em treinamento com eles". Tanto. Esses, ainda dão para aproveitar? Dão, dão para aproveitar. Há que se ver também a arrecadação do INSS. Nós já falamos dos devedores. Como é que está a nossa arrecadação? Quantos fraudadores nós temos no

país que não recolhem e sequer registram seus empregados? Não registram, não registram. Isso é corriqueiro, é comum, em São Paulo, é comum não mais registrar ninguém. Não se registra mais. Ou vai para uma tal de cooperato ou vai para não sei aonde, mas não se registra mais ninguém. Então, a economia informal, eu vejo uma importância nela porque o cidadão está sobrevivendo. De outro lado, eu vejo que a nação, como um todo, perde. O que poderia ser feito para resolver isso? Como poderia equacionar essa questão? Então, esses aspectos nos parecem de muita importância. Eu quero dizer aqui, e digo isso publicamente, já disse isso na última reunião que nós tivemos com as centrais, vamos ter uma próxima reunião na sexta-feira e já temos um consenso. Pelo menos um consenso nós temos: Vamos fazer uma pauta única. Então, já temos um consenso, independente de posições ideológicas--[Campainha] --E nós respeitamos a todos e eu tenho um respeito muito grande pelo Wilson, ele está numa central, eu estou na outra, mas eu tenho um grande respeito por ele. Convido ele para ir à minha associação participar comigo; ele convida para eu ir à dele, é um respeito de aposentado, e cada um na sua posição ideológica. Tudo bem. Há que se ver também, eu acho que essa questão da unidade, ela, pelo menos no que diga respeito à pauta, está fechada. No que diga respeito à participação do Governo, eu também disse e repito, o Governo já nos chamou e disse que quer negociar. O Governo nunca fechou as portas para nós e, olha, nós gostamos do partido do Governo, mas eu não posso fazer isso, e não sou nem de outro partido, eu sou de uma central que não está ligada umbilicalmente com o Governo. Mas eu não sou filiado a nenhum partido político. Agora, o Ministro já nos chamou, há questão de 10 dias, e nos disse: "Vou negociar, quero negociar, vamos fazer uma bancada ministerial, chame alguns parlamentares, vamos negociar". Então, o Governo não está com as portas abertas e nunca esteve. Nunca esteve. Se nos disserem que esteve, para mim nunca esteve. Para mim, nunca esteve, certo? Eu respeito a posição, eu respeito a posição do colega, respeito a posição do colega, eu acho que negociação é negociação. Eu acho que negociação é negociação. Disse ao Ministro: "Ministro, no que diga respeito à nossa central, nós vamos negociar com o senhor, mas nós não abrimos mão do nosso direito de protestar". A partir do momento em que nós entendermos que não está de acordo, não protesto; mas eu não vou para o protesto por ir para o protesto, não, não, isso não. Disse na última reunião, na Força Sindical: "Não contem conosco, se quiserem fazer dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, massa de manobra seja lá de quem for, eu estou fora". A hora que eu sentir que é para servir para massa de manobra, a interesses pessoais, não contem conosco. Não. Enquanto estiver no interesse coletivo, nós vamos aonde for. Pode ser reunião do Rio Grande do Sul, no Acre, aonde estiver, nós vamos. Me parece que meu tempo já esgotou. Eu queria agradecer, mais uma vez, Deputado Jackson, pela iniciativa que o senhor teve; gostaria de convidá-lo também para que pudesse, um dia, estar em São Paulo conosco para que conhecesse a nossa organização e, quem sabe, até, junto com o nosso Senador Paim, fazer uma palestra aos nossos aposentados. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Muito obrigado ao senhor. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vamos ouvir a última entidade aqui, é a FENAFISCO e, logo em seguida, nós estaremos abrindo aqui o debate com a inscrição de alguns Deputados e Senadores aqui. Doutora Sayonara Pereira Oliveira.

SRA. SAYONARA PEREIRA OLIVEIRA: Inicialmente... Alô. Inicialmente, eu gostaria de dar uma boa tarde aqui a vocês... Ok. E saudar o Presidente da Comissão Mista, Deputado Jackson Barreto, agradecer o convite do Senador Paulo Paim, que nos acatou, assim, e foi, nós chegamos no gabinete, dissemos a nossa preocupação e, prontamente, nós já... Ele já nos inseriu nessa discussão com os aposentados, e o Vice-presidente, Deputado Walter Barelli, as entidades que aqui nos antecederam e todos os parlamentares, senhoras e senhores presentes. É estranho que uma pessoa da ativa esteja, nesse momento, discutindo com vocês sobre a questão dos aposentados. Mas, na Federação Nacional do Fisco Estadual--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Risos]

SRA. SAYONARA PEREIRA OLIVEIRA: --Precocemente, nós temos o hábito de discutirmos as questões de aposentados com ativos e aposentados. Isso por quê? Porque são os ativos do movimento da carreira, que nós somos funcionários públicos, que podem viabilizar a luta e a discussão das possibilidades de implementar as ações para que os aposentados tenham os benefícios que eles tanto pleiteiam. Então, na FENAFISCO, nós temos esse hábito. Temos lá uma diretoria de aposentados, que a diretora não pôde estar aqui presente, mas também na FENAFISCO, nós temos uma bandeira que isso é uma coisa, é a nossa bandeira de luta, é contra a queda da paridade, porque no serviço público, e eu digo isso nos Governos estaduais, existe muita queda de paridade. No Fisco estadual, em vários locais, se dá aumento para os ativos diferenciado dos aposentados e isso, na FENAFISCO, nós temos uma indicação de que não se negocia nenhuma pauta se houver quebra de paridade, mas nem sempre nós conseguimos mobilizar todo o contingente de ativos para que lutem, tragam para si também a luta dos aposentados. Por quê? Nós dizemos o tempo todo que nós estamos lutando não é pelos aposentados, é pelo nosso futuro, porque se existe uma coisa que causa pânico no serviço público, é dizer que a gente vai se aposentar. Mas nós achamos que temos que ter uma qualidade de vida excelente para não precisar se aposentar porque, no futuro, com essa tendência, nós não teremos o salário que recebemos hoje na ativa. Esse é o terror do serviço público. Quando as pessoas dizem: "Eu vou me aposentar, me aposentem", nós não recomendamos, não aconselhamos porque essa pessoa vive aquele dilema, dilema crucial da vida dela: "Se devo me aposentar ou trabalhar a vida toda?" Então, essa discussão e a Federação tem trazido muito essa discussão para o cerne dela, porque é uma discussão que permeia não só os, como aqui colocou o Edson, do MOSAP, não só o pessoal da iniciativa pública, privada, como da iniciativa pública. Então, o que nós queremos colocar aqui é que o problema dos aposentados é um problema de todos os aposentados e de todos os ativos. Esse movimento não pode se restringir apenas à discussão dos aposentados. Então, por quê? Queria colocar também que existe uma preocupação na Federação, hoje, porque nós somos arrecadadores de tributos estaduais, o maior imposto do país, o ICMS. O ICMS é o imposto que recolhe mais de quem ganha menos e menos de quem ganha mais. Por quê? Porque é um imposto que quem ganha menos consome tudo e quem ganha mais, só sobra alguma coisa para colocar na poupança, fazer algumas transações outras que não consomem aquilo. Percentualmente, quem ganha menos arrecada mais e a Federação tem uma situação inglória: Nós fiscais ficamos numa situação muito complicada. Historicamente, extorquimos o povo, tiramos o dinheiro do povo para entregar para os reis, os governantes de plantão. E, hoje, nós nos perguntamos: "Qual o papel do Fisco?" Será continuar tirando daquela parcela que não tem como sonegar, e a questão é essa, porque grandes, existem grandes sonegadores no país, e as leis são muito amenas para esses sonegadores. Então, nós pensamos aqui e eu fico até pensando que minha discussão aqui poderia vir na fala dos que me antecederam, de contar das dificuldades, dos aposentados, mas aqui, como representante dos fiscais, nós temos uma missão que é de dizer mais ou menos como nós poderíamos dar conta de recursos para que o salário mínimo seja recomposto, que os aposentados que ganhem mais do que um salário mínimo também consigam essa reposição. Então, é mais como uma sugestão que nós estamos colocando aqui. Mas também colocar a dificuldade que nós temos em aumentar essa arrecadação. Porque fiscalizar, nesse país, não é fácil. Não é fácil porque as leis, elas protegem principalmente os maiores contribuintes, quer dizer, maiores contribuintes; não as pessoas que têm o maior poder aquisitivo, os grandes conglomerados e, então, isso é difícil. Por quê? Tem um tráfico de influência que tem aí, tem um sucateamento das secretarias que nos deixa debilitados em relação à grande tecnologia da iniciativa privada. Dia três de fevereiro, um auditor fiscal foi preso, recentemente, agora nesse ano, em Rondônia, porque apreendeu uma boiada, 11 caminhões de boi do filho do Secretário de Finanças do Estado e porque ele foi preso? Porque ele exerceu a função de auditor fiscal. Então, arrecadar os tributos não é fácil. Então, para que a gente pudesse vir a contribuir de uma forma a ter mais recursos para que essa política de salário mínimo, a valorização do salário mínimo viesse a acontecer, nós temos que ver a questão num todo, da sociedade como um todo, como ela se movimenta. E, então, aqui, a FENAFISCO quer colocar que, juntamente com a COBAP e outras instituições como a CONLUTAS, a UNAFISCO SINDICAL, SINDILEGIS, SINAIT, SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA

EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL, FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA DOS METALÚRGICOS DE MINAS GERAIS, SINDICATOS DE METALÚRGICOS de São José Dos Campos, estão trabalhando numa cartilha também da valorização do salário mínimo. Eu achei que ele fosse falar aqui. Eu acho que o lançamento é dia oito de março, não é isso? Aqui, eu não sei ainda o local, mas é interessante que isso seja divulgado. Nós entregamos um exemplar ainda xerocado para o Senador Paulo Paim, é ainda alguma coisa que pode ser melhorada, mas que já é uma iniciativa da gente discutir e popularizar, colocar na boca do povo essa discussão porque nós sabemos que se nós ficarmos restritos somente a esse ambiente, dificilmente nós vamos conseguir as grandes questões, não é? E aqui a Federação vem sugerir algumas questões. E vem sugerir numa perspectiva de saber que a dificuldade de avançar nessas questões é difícilíssima. Mas, para nós, mais difícil é se nós, ativos, futuros aposentados, venhamos a morrer como o sapo que, de tanto escaldado naquela panela quente, foi se acostumando com aquela situação até morrer. Então, nós, ativos e aí, em nome, causa própria, que a gente está trabalhando, dos aposentados que existem hoje e do nosso futuro, para que nós garantamos também às gerações futuras, algumas sugestões: Que o Imposto de Renda sobre remessa de lucros e dividendos ao exterior seja novamente tributado. Aproximadamente em 2004, perdemos a quantia de 3,3 bilhões. Desde 96 que a lei não é mais, esse imposto não é mais tributado. Então, isso, quer dizer, em vez da gente estar só tributando consumo, que são os pobres que pagam, os miseráveis, os pedintes, os excluídos que pagam, aqueles que são os moléis(F)... Então, quer dizer, nós estaríamos tributando aqueles que sobram, os sobrantes(F), os que sobram, a taxa das grandes fortunas, das heranças e doações, também isso é um percentual muito ínfimo. Aqui no país, 0,01% das famílias do Brasil detêm quase a metade do PIB. Então, gente, isso é uma concentração de renda horrorosa que destrói o nosso país. Nós somos um país maravilhoso, que poderíamos distribuir melhor a nossa renda. Outra questão é tributar o lucro dos bancos. Sabemos o quanto os bancos têm ganhado com isso; o Bradesco, no primeiro semestre de 2005, teve de lucro, em relação a 2004, 110%. O HSBC, 58; Unibanco, 47; Itaú, 35,6. Então, gente, por que nós tributamos o pequeno e o pobre, o que é fácil, e esses grandes estão soltos? Outra coisa que nós achamos uma questão que deve transcender à sociedade e a todos, às pessoas que querem um país mais digno, é a questão da auditoria da dívida interna e externa--[Palmas] --Essa é uma questão que tem que ganhar as ruas, tem que estar na boca do povo, nas escolas; as nossas crianças têm que saber que, nesse país, estão previstos gastos de um tri e 683 bilhões, dos quais, 835 bilhões serão para pagar amortização da dívida e 178 bilhões com juros. Para a Saúde, só saem 41 porque é constitucional. Para o Bolsa-Escola, o tão afamado projeto, 9,5 bi. Gente, isso é uma lástima. Nós não podemos continuar dizendo que não tem dinheiro para salário mínimo se a gente gastar horrores com essa dívida. Não vai ter dinheiro para nada porque cada dia ela cresce mais. Outra coisa que nós teremos que colocar também é criar instrumentos de maior controle dos gastos do Governo, inclusive, em relação a pagamento de despesa com as dívidas. Essa antecipação, será que isso é prioridade, será que não teríamos outras questões mais importantes na pauta? A concessão de benefícios fiscais. Nós não temos idéia do quanto o capital não é tributado, nesse país. Eles estão soltos, ganhando, assim, à vontade. Então, essa é uma contribuição que a Federação vai passar aqui para a Mesa, eu tenho por escrito-- [Palmas] --E, como conclusão, a FENAFISCO está no movimento de transformar o Fisco num instrumento de divisão da riqueza, fiscalizado pela sociedade e esta deverá dizer aonde deseja aplicar os seus recursos. A lei é a do Robin Wood, só que não estaremos roubando de ninguém e sim fiscalizando e tributando quem suga as riquezas no nosso país. Para isso, o Fisco precisa ter uma autonomia funcional, quadros com fiscais concursados e com carreira específica, não sofrer ingerências políticas e ter orçamento tributário próprio. A FENAFISCO não concorda em arrecadar tributos e o povo brasileiro não tem, em sua grande maioria, condições mínimas para viver não, gente, para sobreviver. Queremos construir um mundo diferente. É por isso que defendemos uma nova administração tributária e um novo Fisco, capazes de ser aliados da sociedade e um agente de fiscalização da aplicação dos tributos. Para que tudo isso se efetive, estamos construindo a CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas - estamos inseridos na campanha Jubileu Sul, Auditoria da Dívida, participando de todos os fóruns contra a corrupção, sempre estamos nos Fóruns Sociais Mundiais e estivemos, recentemente, em Caracas, no Fórum Social das

Américas, pois acreditamos que será tecendo as nossas teias que poderemos dar a nossa contribuição. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, o critério aqui adotado, nas reuniões anteriores é de que, agora, encerrada essa parte primeira, com os debates das entidades aqui presentes, nós vamos passar à ordem da inscrição aqui dos parlamentares e, em seguida, nós convocamos as entidades aqui presentes para que possam até responder, num debate, aos questionamentos dos senhores Deputados e Senadores aqui presentes. Na ordem de inscritos aqui, nós temos a Deputada Vanessa Grazziotin e o Deputado Alceu Collares. De sorte, eu passo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin. Em seguida, Deputado Alceu Collares. Tarcísio Zimmermann, o primeiro inscrito, ele pediu para retirar-se com um problema. Estão aqui o Alceu Collares e a Vanessa Grazziotin. Collares e, em seguida, a Deputada Vanessa Grazziotin. Depois, mais dois inscritos, Walter Barelli e Marco Maia. Walter Barelli, de São Paulo e Marco Maia, do Rio Grande do Sul. Collares, do Rio Grande do Sul e a Vanessa, do Amazonas.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Senhor Presidente, eu queria, nesse momento, fazer uma homenagem aos aposentados e ao meu companheiro, meu dileto amigo, Alceu Collares. Eu passo a palavra para ele. Ele pode começar sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Grande Collares, com você a palavra.

DEPUTADO ALCEU COLLARES (PDT-RS): Quero a agradecer a Deputada Vanessa, que sempre agiu dessa forma, e também dizer que faz horas que já estamos aqui no Congresso, já vai para 40 anos. E eu me lembro sempre que, todos os anos, têm uma Comissão que trata do salário mínimo, mas faz com tanta crença, com tanta fé, com tanto vigor, com tanta energia, com tanta convicção que, um dia, Paim, nós vamos conseguir. E eu quero dizer para o amigo, porque nós somos espiritualistas, eu quero dizer que é nesta encarnação. [Risos] Nós vamos ver isso. A nossa perseverança é tal e tanta, é impressionante, eu estou desde 70 aqui, depois eu fui Prefeito de Porto Alegre, Governador do Estado, houve esse interregno... E quero também fazer aqui um agradecimento ao nosso Edson, um cumprimento ao Benedito, que foi companheiro nosso de partido, e dizer que hoje eu saio daqui já com mais esperança porque eu estive aqui numa reunião em que estavam as centrais de trabalhadores e fui eu quem pediu para que também examinasse o processo econômico no país. Porque nós recebemos tão pouco, os trabalhadores brasileiros na ativa e o aposentado? E por que os investidores no campo financeiro ganham tanto? Qual é a razão? Qual é o fundamento? Quando eram outros Governos, como aí o Fernando Henrique, ele vendeu a alma para o diabo, mas o Lula não. Ou melhor, não esperávamos que ele o fizesse com tanta rapidez. Mas fê-lo e ele é mais responsável ainda porque passou pelas fases que nós passamos. Fernando Henrique sempre foi filhinho de papai, tinha tudo. Mas o Lula não, O Lula vem dos confins da miséria. Eu me lembro dos [inaudível] (1h59min40s) do Brizola: "Ora, Collares, o Lula é figura diferente, vem dos confins da pobreza, pau-de-arara, um homem que chegou a líder sindical, num sindicato moderno, ele esteve na vanguarda, vai ser um grande Presidente". Mas se sabe o que Brizola morreu numa decepção muito grande. Ainda escreveu, naqueles seus tijolos que dava na imprensa, dizendo que o Lula, e eu também disse aqui, havia traído o povo brasileiro. Não há outra palavra... Não há outra palavra... Tem uma carta do dia 28 de fevereiro de 2003, em que o Palocci e esse Henrique Meirelles... Mas me diga, de onde é que tiraram Henrique Meirelles? Ele era da juventude do PT e vivia no anonimato? Será que ele era da Heloísa Helena, os radicais, ou era dos moderados? Como é que o Lula entregou a alma para o capital financeiro? Mas entregou mesmo. Não precisa nem saber fazer conta, só é ver o Bradesco, que disse que, de janeiro a setembro de 2005, ganhou quatro bilhões e 27 milhões. O Itaú também, três bilhões e 800. Mas o que é que ganha o homem da pecuária, da agricultura, da indústria, do comércio e da prestação de serviço? Há dois fatores que são sempre prejudicados: São o produtivo e o do trabalho porque o fator financeiro, esse está dando gargalhada. Só que não estamos incutindo isso na alma produtiva da sociedade brasileira. Não adianta só a Sayonara saber disto. Nós todos temos que saber disso, nossos filhos têm que saber disto, nós temos que ter consciência

de que estão roubando de nós, mas roubando escandalosamente. De tal forma, que está ali o companheiro, lá, fazendo aquela ligação dos remédios. Mas não pode, vocês foram os homens que fizeram a grandeza deste país. O aposentado de hoje, que estava na ativa ontem, foi ele que deu seu sangue, o seu suor, a sua lágrima, a sua saúde, a sua família, as preocupações, as dores, os amargores. Como é que podem fazer isso? E isto não é apenas o Lula. Isso é um sistema que vem de longe. O sujeito que descontou sobre 20, depois, de 10, depois, está ganhando, hoje, cinco e quem ganhava três, se aproximando, com o tempo, vão todos ganhar um salário mínimo. E o salário mínimo é a vergonha nacional e o roubo oficializado por todos os Governos, inclusive pelo Lula, contra 46 milhões de trabalhadores. Uma vez, eu fiz uma experiência aqui, peguei uma cesta desse salário mínimo, o que dava para comprar. Fiz um discurso, que estava aqui, violento, da tribuna e atravessei a Praça dos Três Poderes para levar para o Ministro Murilo Macedo, para ele passar com a família dele, para ele ver quantos dias poderia durar aquele dinheiro que ele disse ser suficiente para alimentação, só. E nem para isso não dá. Mas esse é o escândalo dos escândalos-- [Palmas] --Isso é um escândalo. Isso é um escândalo. Eu quero louvar os companheiros, todos que estão, os Deputados que estão aqui, as Deputadas que estão aqui, têm todos um compromisso com os trabalhadores, mas aqui está o Barelli, o Paim tem sido um homem de muita perseverança, de muita capacidade de luta, mas se vê esmagado por um fator que é efetivamente capaz de nos levar à desgraça e vai nos levar: A dívida. Essa tua colocação, de uma auditoria, é o que tem que se fazer agora porque nós não podemos pagar mais isso. Nós devíamos, em 1991, 52 bilhões. Não estamos hoje com esse seu dado; é um trilhão e trezentos milhões. Um trilhão e trezentos bilhões. Nós estamos pagando, agora em 2005, 157 bilhões só de juros. Eu queria ver a Igreja, que tem um setor da Igreja que estava pedindo também uma auditoria, depois, calaram-se. A carta do dia 28 de fevereiro está no meu site, é www.collaresonline.com.br, quem quiser ver, Palocci e esse Henrique Meirelles, com autorização do Lula, porque eu não imagino que um Secretário da Fazenda e que um Diretor de Banco Central tenham feito uma carta sem autorização do Lula. Ali, têm seis itens, estão dizendo que vão entregar a alma para o diabo. Vão se vender escandalosamente, vão judiar do povo brasileiro como estão judiando. Eu fiquei muito emocionado com o que tu disseste. Na nossa idade, ter que comprar um remédio de trezentos reais, de onde é que vamos tirar o dinheiro? Mas tem que esperar do filho? Esperar do neto, que venha trazer o dinheiro? Nós estamos passando a vergonha das vergonhas porque alimentamos uma esperança que acabou não se concretizando. E foi uma grande esperança que morreu, envelheceu e ainda não enterraram. É esse Governo que está aí. Porque tudo podia se fazer, menos o que está sendo feito agora. Com aposentado, então, nem se fala. Eu sou de uma época que o aposentado era um tipo de reboco velho que atiravam no fundo galpão, não prestava mais para nada. "Está aposentado, não presta mais". Hoje, felizmente as Centrais Sindicais, felizmente, os sindicatos contam o aposentado como se estivesse em atividade, tem participação efetiva na estrutura da sindical, mas tem que ser as centrais a apanhar as bandeiras dos aposentados porque, amanhã, estarão aposentados, querendo comprar remédio, sem poder de compra. E é a maior injustiça. Eu era Governador do estado e fui ao Japão e, no Japão, queriam comprar terra no Brasil, queriam comprar terra no Brasil para os aposentados, para os velhos. Eu digo: "Mas isso é uma injustiça. Lá no Brasil, nós ficamos com os velhos na casa da gente, juntos, cuidamos". "Não, senhor, o senhor está equivocado, nós queremos grandes espaços de terra para criar verdadeiras colméias de aposentados e aposentadas, vamos dar tudo que eles merecem, que aqui, por falta de território, de espaço, nós não podemos dar. Mas, de seis em seis meses, nós vamos lá, vamos visitá-los para vê-los num outro sistema de vida porque o aposentado", dizem eles, "é o que fez a pátria, é o que fez o Japão ontem, foram eles que fizeram a pátria que nós estamos desfrutando". Fomos nós aqui que desbravamos esse Brasil. E não podemos ser tratados como bicho, como animal, como se não valesse absolutamente nada. É um desavergonhamento de um Governo que é trabalhista, ou pelo menos se diz trabalhista, dos trabalhadores. Isso aí, a consciência política tem que servir. Eu fiquei muito feliz em verificar qual é o *slogan*, tem um poema que tem um estribilho assim: "O voto é a tua única arma. Põe teu voto na mão. O voto é tua única arma. Põe o teu voto na mão. O voto é tua única arma. Põe o teu voto na mão". Pelo voto, é que vamos vingar, pelo voto é que vai se fazer a vingança. Mas eu também espero que apareça

alguém que dê uma única esperança, porque esses dois que estão aí... O Brizola dizia: "Olha, tudo é farinha do mesmo saco, Collares. Eles tocam a mesma música, são areia da mesma praia, feijão também do mesmo saco". E já vou terminar, em seguida, não tenha dúvida nenhuma, eu tenho me prevaído dos cabelos brancos, fico ali falando uma hora porque a pessoa não vai me tirar a palavra, não é? Fica com pena, o velhinho está falando e um velhinho com uma baita tesão. Não... Cívica, tesão cívica. Vejam bem, eu acho que o aposentado não pode ficar em casa, não pode ir para a praça. Lá, nós temos a Praça da Alfândega, em Porto Alegre, vai lá para se lembrar do passado. Não, o aposentado tem que pensar no futuro. Ele tem que continuar nos ajudando a fazer o futuro dessa pátria. Isso nem sempre vai ser assim. Nem sempre vai ser assim-- [palmas] --Uma hora dessa vai aparecer quem possa botar esse país nos trilhos, porque o que está aí é uma esculhambação, é uma traição e a traição é a forma requintada de corrupção política. Se prometeram uma coisa e estão fazendo outra, traíram o povo; se traíram, é a corrupção política praticada pelo Lula e pelo PT. [palmas]

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada, senhor Presidente. Vou fazer um esforço para falar dentro do tempo que nos é reservado. Mas eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer ao Deputado que me antecedeu, Deputado Alceu Collares que eu até gosto de ouvir; não concordo com boa parte do que ele fala, mas gosto e respeito ouvir a fala do Deputado Alceu Collares. Diferente de outros que passaram a vida inteira no poder, fazendo coisas piores do que se faz agora e ainda se acham no direito de posarem como os vestais da moralidade, como os defensores do salário mínimo dos trabalhadores. Eu também confio, Deputado Alceu Collares-- [Palmas] --Eu também confio muito na maturidade e na inteligência do povo, do povo que é simples, porque não é só o aposentado, o povo brasileiro é um povo muito simples, é um povo simplório porque, infelizmente, é essa a condição de vida que a nação lhe proporciona, mas é um povo sábio acima de tudo, é um povo que e tem, antes de mais nada, uma esperança, muita esperança e eu, nesse aspecto, eu me equiparo ao povo. Eu sei, e nós, eu faço parte do PC do B, nós criticamos, em muitos aspectos, o Governo Lula; nós criticamos, sobretudo, a política econômica do Governo Lula. Conversávamos aqui, agora, "se o Presidente Lula tiver uma segunda oportunidade de governar esse país, ele terá que ser outro Presidente. Ele terá que ser um senhor Presidente, muito mais ousado do que é este Presidente Lula". Nós não podemos mais, Deputado Alceu Collares, eu, como V. Exa., fico indignada em abrir as páginas dos jornais, como de hoje, e ver a perspectiva de crescimento econômico da Argentina de 9%. E a nossa? E a nossa? Isso, em crescimento econômico, não há salário, o Doutor Edmundo falou se... Veja, eu acho que, de todos, foi o que menos reivindicou, o que nós ouvimos foram as reivindicações de mesmos índices, reajustes dos mesmos índices, na mesma data. O senhor Edmundo defendeu que seja, pelo menos o INPC. Agora, nem o INPC nós vamos ter? A continuar a prática dessa política econômica, não vamos ter absolutamente nada. Então, eu penso que nós temos aqui, diante de nós, um grande desafio, um grande desafio. Porque não é uma proposta qualquer que nós, que a nós está sendo solicitada para que elaboremos. Não é não, porque uma proposta de papel, qualquer um de nós faz. Nós não queremos uma proposta de papel e nem uma proposta que seja dita ou encarada pelo Governo como uma proposta impossível de ser praticada. Nós queremos uma proposta que seja viabilizada. É isso que esperam os trabalhadores brasileiros, é isso que precisam, é disso que precisa a nação brasileira. Mas, para que isso aconteça, nós precisamos mudar essa lógica. Eu ouvi a companheira Sayonara, ali, acho que ela fez um conjunto de propostas maravilhosas. O problema do Brasil não é mais a dívida externa. Na minha época de juventude, era a dívida externa; a gente ia para rua contra a dívida externa; hoje não, hoje o problema é a dívida interna que cresceu, cresceu, cresceu. Por quê? Estão aí as taxas de juros. O salário é um dos menores, mas as taxas de juros as mais elevadas do país. Então, nós precisamos mudar isso. Nós precisamos mudar a lógica da política econômica e as propostas que a senhora apresentou sobre tributação são... Mudar completamente a lógica do Sistema Tributário Brasileiro, que é isso, que é um sistema injusto, que tributa o trabalho, não tributa o lucro. O grande capital, esse não. E, de vez em quando, a gente vê notícias que fazem os cabelos ficarem mais em pé ainda porque estão querendo tributar menos desses, desses que vêm para cá investir, estrangeiros que vêm investir no Brasil, mas investir de que forma? Hoje, e

amanhã, vão embora porque não há nenhuma regulamentação de fluxo de capitais, não é? Enfim, eu gostaria de fazer um comentário, rapidamente, sobre os R\$350,00. Olha, nós estamos trabalhando há algum tempo nessa Comissão e eu nunca vi ninguém fazer apologia aos R\$350,00. Nunca vi, Doutor Benedito, pelo menos aqui na Comissão, que 350 é o ideal; de jeito nenhum, que é o suficiente, que é o bom, não, mas é melhor do que se teve no passado, não há dúvida, é melhor do que se teve há dois anos, há quatro anos... Quem dera tivéssemos uma política que, todo ano, tivéssemos um aumento de 12, 13, 14%, real para o salário mínimo, real para o salário mínimo. Nós estaríamos com o salário bem maior. Temos uma simulação, nós temos uma proposta, o PC do B, nós temos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]
(2h13min38s do áudio)

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B-AM): Pois é, era maior, caiu. Exato, eu concordo, reconheço... Exatamente. --Nós fizemos uma simulação de 95 para cá, sobre um Projeto de Lei que nós estamos apresentando, do PC do B e, na simulação, que não é lá muito diferente disso, uma coisa difícil nem impossível de ser praticada, pega alguns índices de variação de INPC acrescidos de desempenho de trabalho, de produtividade de trabalho, enfim, o salário mínimo estaria hoje em mais de R\$700,00. É impossível um país como o nosso pagar isso ao trabalhador? Claro que não. Claro que não é impossível. Mas, enfim, o desafio grande é de como aplicar uma política de Estado e não momentânea de Governos, mas uma política de Estado para recuperação de salário mínimo. E o outro, segundo grande desafio, eu quero fazer coro com as pessoas aqui, fizeram vários elogios ao Senador Paim... O Senador Paim, eu não conheço há muito tempo, mas já o conheci fazendo discurso, defendendo aposentado e salário mínimo, da tribuna. E é o Senador que não muda. Mudou, deixou de ser Deputado e passou a ser Senador, mudou de tribuna, mas o discurso continua o mesmo. E com uma coerência de fazer inveja. Com uma coerência de fazer inveja. Enfim, e o Deputado, o Senador Paim, que relata, ele tem dito, e todos nós temos dito também, que nós queremos enfrentar o problema dos aposentados. Vamos enfrentar também, achamos que o do salário mínimo é muito pouco, queremos abraçar os aposentados também. E, para isso, a gente vai precisar da contribuição, da mobilização dessa categoria. É esse o grande desafio. Enfim, eu quero, senhor Presidente, teria algumas perguntas, mas acho que, pelo adiantado da hora, nem cabe fazer. Quero apenas cumprimentar a participação de todos, pedir desculpa, já que eu vou ter que me retirar, nós estamos tendo uma reunião lá no Colégio de Líderes, onde está em jogo o FGTS porque apareceu aí na lei, Senador Paim, da micro e pequena empresa um dispositivo que permite às microempresas recolherem só 0,5 de FGTS do trabalhador, ou seja, a possibilidade de criar uma segunda categoria. A gente está querendo ver se barra nisso. Então, muito obrigado. [palmas]

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Próximo inscrito sou eu, mas eu só vou fazer uma pequena questão para o Edmundo Benedetti que, num certo aspecto, é extensivo a todos. Nós recebemos do sindicato dos aposentados da Força Sindical, um relato completo do que foi feito, um resumo, agora, da FENAFISCO. Entre os que depuseram, deveriam também nos trazer estudos para que a Comissão possa, a partir deles, fazer seu relatório final e tomar suas propostas. E, no caso específico da CENTRAP, foi falado que nem o INPC está sendo cumprido. Essa é uma situação que nós precisamos documentar porque, afinal de contas, isso é uma ilegalidade. Não é o reajuste, agora. Não cumprir nem o mínimo que está acordado, que é de texto legal, nós precisamos verificar. Bem, eu passo a palavra ao Deputado Marco Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Muito obrigado, Presidente Walter Barelli, eu queria, aqui, saudar as entidades de aposentados aqui presentes, a FENAFISCO, na representação da Sayonara e, ao mesmo tempo, aproveitar a oportunidade para saudar aqui o nosso querido Senador Paulo Paim, que já foi aqui citado, com muita propriedade e relatado aqui o trabalho que ele desenvolve nesse tema do salário mínimo. Eu, ao contrário da Deputada Vanessa Grazziotin conheço o Senador Paulo Paim há bons 20 e poucos anos, não é, Senador Paulo Paim? Vamos parar por aí, porque nós fomos contemporâneos do mesmo Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas; depois, trabalhamos juntos... Eu fiz, tenho a honrar de ter sido o cabo eleitoral--

[soa a campianha]-- Do Senador Paulo Paim, em 1986, quando concorreu, ai, a primeira vez como candidato a Deputado Federal Constituinte e, naquela oportunidade, eu, jovem metalúrgico, já dedicava e apostava a minha militância no metalúrgico Paulo Paim como Deputado Federal Constituinte porque ele viria para esta Casa fazer a defesa intransigente dos direitos e a defesa dos direitos dos trabalhadores neste Parlamento. E hoje, como Deputado Federal, quero dizer que olho muito e me espelho muito na experiência do Deputado Paulo Paim e tal, para seguir, aqui, quem sabe de longe, a sua trajetória, poder, aqui, também fazer a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras desse nosso país. Mas quero confessar a vocês que me indigna muito, e de forma muito emblemática, esse debate sobre o tema do salário mínimo e, principalmente, do reajuste aos aposentados porque eu tenho comentado muito isso pelos corredores desta Casa, que não existe nenhum de nós que não tenha, na sua família, um aposentado ou um pensionista. Eu mesmo, pessoalmente, tenho dois tios e a minha mãe, como pensionistas e que vivem no cotidiano a crise que passa pela vida dos trabalhadores e trabalhadoras aposentadas neste país: A falta de salário, a falta de perspectiva, a falta de programas sociais que possam atender as demandas e as necessidades dos nossos trabalhadores aposentados. É infinitamente importante que todos nós tenhamos consciência da luta que nós teremos que travar, daqui para frente, para garantir que haja, efetivamente, um reajuste digno ao salário dos nossos aposentados e um resgate histórico das perdas que estes vêm acumulando nestes, eu diria mais de 500 anos de existência do país. Agora, é verdade isto: Agora, também é necessário que nós façamos aqui uma reflexão porque eu vejo alguns Parlamentares, alguns Deputados, muitas vezes, usarem de palavras ríspidas, talvez para fazer a política, a boa política, aquela política de quem enxerga o "quanto pior, melhor". Eu não concordo em nenhum momento, meus companheiros, quero dizer que sou um Deputado Federal do PT, como o Senador Paim, Senador do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que não concordo, de maneira alguma, quando fazem algumas afirmações que dizem que o Lula traiu a classe trabalhadora desse país. Eu acho que é verdade, é verdade que o Presidente Lula não conseguiu responder a todas as demandas; é verdade que o tema do salário mínimo ainda é um tema muito caro; é verdade que o tema do reajuste dos nossos aposentados ainda é um dilema que nós vamos precisar responder; é verdade que o tema da Previdência e a utilização dos recursos da Previdência ainda é um debate que nós teremos que fazer com muita força. Agora, também é verdade que se nós considerarmos as ações desenvolvidas pelo Presidente Lula, em várias áreas, representam um avanço significativo na luta do povo desse país como, por exemplo, o Estatuto do Idoso, um projeto do Senador Paulo Paim e que foi sancionado pelo Presidente Lula, sem nenhum veto. É preciso, preciso ainda, é verdade, ser regulamentado... Eu queria, aqui, dizer também, meus companheiros e companheiras, que-- [tumulto] (2h21min40s do áudio)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Gostaria de assegurar a palavra do orador, Deputado Marco Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Essa é uma tradição, às vezes, aqui, companheiro Collares--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ouvimos a todos de forma respeitosa e queremos continuar dessa forma.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): --É fácil nós fazermos a crítica, e aqui eu quero fazer essa afirmação para que a gente possa aqui resgatar, a verdade, o Brasil tem 506 anos de história; o Presidente Lula está governando esse país há três anos apenas e eu me lembro da época em que nós tínhamos que brigar para ter a garantia dos direitos dos trabalhadores nas convenções coletivas. Nós tiramos aqui, desta Casa, com a luta do Senador Paulo Paim, há dois anos atrás, o projeto de Reforma Trabalhista, que é mexer no direito dos trabalhadores. Nós barramos, aqui, mudanças e transformações profundas na CLT que teriam um impacto enorme na vida dos trabalhadores e trabalhadoras desse país e nós não podemos nos permitir dar um passo atrás na história política desse país para retornar aos tempos da ditadura militar, aos tempos onde os aposentados eram chamados de vagabundos, como teve afirmação de Presidente da República que o fez aqui neste país. Eu acho que esta questão, meus companheiros e companheiras, é que

precisa ser refletida para não se transformar apenas num debate daqueles que dizem e falam sem ter a responsabilidade dos fatos e da história porque é esta que nós precisamos, efetivamente, resgatar. E eu quero dizer isso, e digo isso, meu companheiro, Senador Paulo Paim, e querido Presidente Jackson Barreto, para afirmar aqui que esta Comissão tem um trabalho inglório; ela se constituiu e se compôs para discutir uma política de reajustes permanentes para o salário mínimo, mas ela precisa, efetivamente, incorporar na sua ação, incorporar no seu debate, incorporar no relatório, uma política de reajuste e recuperação do salário dos aposentados desse país-- [Palmas] --Esta sim é uma responsabilidade, sem querer daqui fazer apenas um palanque eleitoral, sem querer daqui fazer apenas um processo de debate político e ideológico, mas imbuídos da responsabilidade que está colocada para esse Parlamento, da responsabilidade que está colocada para os homens e mulheres de bem que fazem parte desse Parlamento e que têm uma responsabilidade com o povo brasileiro, mas, principalmente, com os nossos aposentados, com os nossos mais experientes, com aqueles que deram o suor para construir a luta e construir o país. Essa é a responsabilidade que está colocada para nós nesta Comissão. E eu quero dizer a vocês, senhoras e senhores, senhores aposentados que aqui estão, que esses parlamentares, que aqui estão, têm compromisso porque aqueles que aqui vêm, vêm aqui para afirmar sua convicção e colocar seu apoio. O problema é com aqueles que aqui não estão, com aqueles que aqui não vêm, com aqueles que aqui só aparecem no momento de dar o discurso, mas que não se comprometem com a resolução e a solução dos problemas [Palmas] E são estes, senhores, senhoras aposentadas que estão, pensionistas, a estes que nós temos que dedicar as nossas palavras, a nossa reflexão; são estes que nós temos que procurar nos estados, no seu município, na sua casa, no seu local de moradia, para cobrar dele a responsabilidade de dirimir, de propor ações alternativas e que garantam um salário justo para os nossos aposentados. Então, eu queria, com essas palavras, caros Presidentes, aqui, caro Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli, Senador Paulo Paim, deixar aqui a minha a minha solidariedade, deixar aqui meu apoio, refletir e afirmar a responsabilidade que está colocada para todos nós. uUma boa luta, senhores e senhoras aposentados, uma boa luta para todos nós e, queiramos nós que essa Comissão consiga produzir um relatório que seja aprovado nessa Casa e resgate a dignidade de todos os aposentados e aposentadas deste país. Muito obrigado. [Palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador João Batista.

SENADOR JOÃO BATISTA (PFL-SP): Inicialmente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador João Batista.

SENADOR JOÃO BATISTA (PFL-SP): Inicialmente... O som está chegando aí? Está ouvindo? Dá para ouvir? Inicialmente, cumprimentar a Mesa, os aposentados e, principalmente, meu companheiro de bancada, de Senado, o Senador Paulo Paim, cujos valores são incontestáveis. O que eu quero colocar aqui, Senador Paulo Paim, não é nem pró-Lula, nem contra Lula, nem pró-Fernando Henrique, nem contra Fernando Henrique. Eu acho que o que foi dito aqui é válido quando a senhora, aí, da Mesa, que me esqueço o nome, que falou do lucro do Bradesco, eu queria só acrescentar que o Bradesco é o dono da Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce foi doada por um Grupo que hoje pertence ao Bradesco e que a Vale do Rio Doce foi vendida por três bilhões e hoje vale 90 bilhões. Que a Vale do Rio Doce monopoliza o transporte ferroviário e está ganhando mais benefícios, a todo dia, quando exporta minério de ferro bruto e que não gera emprego, nem agrega valor, sem pagar nenhum tributo. Depois, tivemos que aprovar a PEC 255. Agora, isentamos a Vale do Rio Doce também quando ela importar locomotiva, vagão, ou trens da China, seja de onde for, também não vai pagar mais tributo; só aumenta a facilidade deles e o lucro, cada vez mais, não tenho nada contra a Vale, estou citando a Vale como exemplo, porque todas as grandes foram beneficiadas, a verdade é essa. Então, o que diz o Deputado Alceu Collares também é uma verdade. A gente vê que as coisas estão indo de mal a pior. O que o nosso Deputado falou aí agora: Não, nós estamos resgatando, não podemos voltar ao passado da ditadura, também isso é uma verdade. Agora, o problema do salário mínimo, gente, o problema dos aposentados não

está nem na política econômica, nem na política de exportação, nem na política de riqueza dos mais ricos, cada vez mais ricos. Não. O problema do salário mínimo é uma questão apenas técnica. É falta de um pouquinho mais de inteligência. Tenho conversado isso sistematicamente com o Senador Paim. Não adianta querer dizer que porque pagou 15 bilhões de dólares ao FMI, por isso nós não podemos consertar as estradas, por isso os aposentados não podem receber reajustes? Não. Não é nada disso não. O que tem que se colocar é o seguinte: Se o Presidente Lula quisesse, tivesse vontade de resolver o problema, eu queria voltar um pouquinho no que disse aqui o Deputado Collares, eu não sei se o Lula traiu o povo ou se ele foi traído pelos seus companheiros, ou pela sua falta de escolaridade para aplicar aquilo que é necessário para resolver os problemas brasileiros. Nós estamos com resultados bons, aí na exportação, resultados bons, economicamente, fruto em cima do trabalho, aí, de uma safra de bons governadores que nós temos porque, na verdade, a política do Governo não tem ajudado em nada, nem para poder aumentar salário, nem para melhorar vida de trabalhador, nem de aposentado, nem de ninguém, a verdade é essa. Mas esse ainda não é o tema. Não devemos tratar isso aqui. Veja bem, a Seguridade Social, o que garante o direito dos trabalhadores, foi feita por Getúlio Vargas, há 70 anos atrás, ninguém tem dúvida disso. Naquela época... Quanto? Há 83 anos. Naquela época, Getúlio não tinha outra opção a não ser colocar o faturamento, o orçamento da Seguridade Social em cima da folha de pagamento. Não tinha outro jeito, tinha que fazer isso mesmo. Fez certo. Só que, de lá para cá, a ciência, a tecnologia invadiram o mundo. O homem passou a ser retirado do seu mercado de trabalho. O empregado do banco foi colocado na rua; hoje, você faz tudo dentro de casa, no computador. As máquinas automáticas estão substituindo o homem ora quando soldam, na linha de montagem de um automóvel, ora quando fazem o parafusamento. Eu falava com o Senador Paim, eu fui à inauguração de uma fábrica de São Paulo, outro dia, que produz cinco milhões de rolamentos por mês. Eu fiquei abismado. Naquela fábrica imensa, apenas três funcionários trabalham. A máquina faz tudo. Quem pega o material no estoque é o robô; quem amarra, quem embola, embrulha é o robô; robô coloca na esteira rolante, vai embora, sem nenhum contato manual. Quando se fabrica esse telefone aqui, televisão, geladeira, que é o que interessa, a indústria de ponta, apenas aqui tem 2% de trabalho humano, gente. A Seguridade Social só recebe boa contribuição quando é fábrica de lajota, de telha, que é feita pelo brasileiro pobre, aí sim, porque o barro não vale nada, 80% do valor da telha é mão-de-obra. Aí, a Seguridade Social é bem remunerada e ninguém enxerga isso. Ninguém enxerga isso. Alguém condenou, aqui, o sistema tributário. A única coisa que resolveria para esse país era a gente mudar realmente, mudar realmente o sistema tributário, uma nova ordem tributária resolveria tudo, ou seja, uma proposta que simplificasse a arrecadação. Não tem cabimento, numa era em que se tira um fio de cabelo, Senador Paim, faz outro Paim, numa era em que você pega um telefone sem fio, fala com o cara do Japão, no outro lado do mundo, não é possível que tenhamos um sistema tributário em que o caminhão sai do Estado do Espírito Santo, vai para Belém do Pará, tem que parar em 30 postos fiscais. Um monte de homem, um no computador, lá em cima, outro para tirar lona do caminhão, outro para contar quantos sacos de farinha tem naquele caminhão; dois, com escopetas, se o caminhão sair correndo, atira no pneu. Isso é mais antigo que Moisés--[risos} --Isso é uma vergonha e a gente não tem coragem para mudar. Se a gente cobrasse imposto de uma maneira invisível, sem que o sujeito percebesse que estava pagando, foi a idéia do imposto único, que gerou o CPMF, se cobrássemos 1% de CPMF, se cobrássemos 100% sobre energia, se cobrássemos 100% sobre petróleo, se cobrássemos 100% sobre o imposto de telefone, de bebida, fontes insonegáveis, o sujeito não tivesse como sonegar, que não precisasse declarar que ganhou e que, por isso, vai recolher, se pudéssemos acabar com isso... Isso é fácil de fazer: Joga tudo num caixa único e distribui: 32%, que são os percentuais de hoje, 32% para Seguridade Social, 28% para o Governo Federal, 22% para os estados e o restante, dos municípios. Pronto. Nós teríamos o quê? Teríamos a Seguridade Social indexada ao PIB, indexada aos preços, quanto mais caro vender, quanto mais produtos produzirmos mais a seguridade vai receber. Agora, se não temos coragem para fazer uma Reforma Tributária dessa grandeza, pelo menos que tenhamos para tirar a arrecadação da Seguridade Social de cima da folha de pagamento e colocar na produção das empresas. Vamos colocar quem exporta para pagar tributo, para pagar a Seguridade Social, vamos colocar as

grandes empresas, aquelas que trabalham com as máquinas, que tudo se faz automaticamente, vamos botar essas empresas para pagar, vamos colocar a colheitadeira que está substituindo quinhentos homens na hora de colher cana, para pagar, vamos colocar os computadores que trabalham para o Bradesco para pagar. Eu falo Bradesco, como exemplo, todos os bancos, evidentemente. Vamos colocar as máquinas que estão soldando, na linha de montagem das montadoras de automóveis, para pagar. Só assim a gente vai conseguir, repito, indexar a arrecadação da Seguridade Social ao faturamento das empresas, ao PIB; quanto mais subir o preço do produto, quanto mais produto for produzido, mais dinheiro nós teríamos na Seguridade Social. A máquina pagaria a Seguridade Social para que o Governo pudesse dar ao cidadão desempregado, em casa, o seu salário. Ficar brigando se o salário é de 300 ou de 350, eu digo sempre, gente, o cidadão, quando está desempregado, ele tem a esperança de arranjar um emprego, ele sai para rua, pedindo dinheiro emprestado, sai andando a pé, o dia que chega o final do mês, que ele recebe 300, vamos colocar 350, se o Lula der 350, o dia em que ele receber R\$350,00, ele fica num desespero tão grande, ele chega à conclusão: "Espera aí, eu tenho que pagar salário, eu tenho que pagar transporte, meu filho na escola, eu tenho uma série de despesas inadiáveis". Ele pega o dinheiro, não dá para nada, ele vai ao desespero. Ele, aí, começa a vender droga na porta das escolas; daqui a pouco, está morto ou está preso. O que leva um homem à droga, o que leva um homem à violência é a falta de recurso para sustentar seus filhos, principalmente, num país capitalista, onde os que ganham mais, cada vez estão ganhando mais. Eu costumo dizer e falo sempre para o Senador Paim: "Senador Paim, basta apenas a gente ousar, basta apenas..." Agora, os senhores já viram, o Deputado ali falou que nós temos que fazer uma política para aumentar salário dos aposentados. Ora, a reforma da Previdência foi para cobrar de aposentado, não foi para dar para aposentado não. E, agora, uma nova Reforma que estão anunciando aí, já saiu na imprensa outro dia, é para desvincular o salário do aposentado do salário mínimo porque, aí, pode aumentar o salário de quem está trabalhando e quem está aposentado que morra. Essa é a proposta que eles têm-- [Palmas] --Então, então, não tem outra solução, Deputado Jackson, não tem outra solução a não ser a coragem de mudar e mudar com profundidade. Se a gente, repito, tirar o salário, tirar a arrecadação, o faturamento--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Desonerar a folha.

SENADOR JOÃO BATISTA (PFL-SP): --Da Seguridade Social, colocar em cima da produção das empresas, talvez, um percentual em cima do ICMS, do ISS, qualquer coisa assim, para não cobrar, para não enfrentar outro tributo e desonerar. O empregado de R\$500,00, o patrão só vai pagar R\$500,00. Ele vai dobrar o número de empregados da empresa dele, ele vai aumentar a produção dele, aí sim, nós geraríamos 10 milhões de empregos de uma hora para outra. O patrão quer isso, por quê? Porque só vai pagar Seguridade Social se ele produzir. O empregado vai querer isso também, não tenha dúvida disso, ele vai ter a garantia de que ele vai ter um emprego com facilidade. E porque não se faz isso? Eu acho que o Presidente Lula tinha obrigação de aventurar naquilo que diz respeito à melhoria de vida do pobre, do trabalhador e do aposentado porque ele sempre foi identificado nessa trincheira de luta e eu acredito que se as pessoas que o rodeiam, se as pessoas que o assessoram levassem proposta, que tivessem uma envergadura capaz de resolver o problema, eu não tenho dúvida que ele aceitaria. O que está faltando é coragem, é vontade. A partir daí, eu tenho certeza que nós daríamos uma condição de vida boa ao nosso trabalhador, ao nosso aposentado porque na hora que estiver desvinculado, Senador Paulo Paim, na hora em que não tiver mais o compromisso, com medo de triplicar, de quadruplicar a despesa do aposentado, o déficit é 40 bilhões, está previsto chegar ano que vem com um trilhão e duzentos milhões, mais alta do que a dívida interna, essa é a previsão, a hora que a gente desvincular, que acabar o déficit, que o Governo tiver dinheiro para fazer as obras de infra-estrutura, no momento que o patrão se sentir a vontade para nomear, porque só vai pagar Seguridade Social se produzir e, produzindo, o cidadão, naturalmente, vai ter satisfação em pagar. Isso, se mexer apenas na Previdência. Agora, se fizer a Reforma Tributária do jeito que eu falei aqui há pouco, que existe proposta, inclusive, aqui na Casa, eu tenho certeza que, aí, nós resolveríamos outros problemas também que estão

embutidos nisso aí, principalmente a corrupção na hora de arrecadação de imposto, as dificuldades que são vendidas para, depois que são oferecidas, para, depois, vender as facilidades, tudo isso tem atrapalhado esse país a crescer--[Campainha] --Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passamos a palavra ao nosso Relator Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, meu caro Presidente Jackson Barreto, meu Vice, companheiro Barelli, eu queria dizer a todos vocês que essa foi uma das reuniões mais concorridas nesta sétima reunião da Comissão especial do salário mínimo. E isso é muito bom. Isso demonstra a mobilização que estão fazendo os aposentados e pensionistas em todo o país. Eu queria cumprimentar o Wilson Roberto Ribeiro, Coordenador-Geral do Sindicato Nacional da CUT, o Benedito Marcílio, que já saiu, da COBAP, o Edson Guilherme da MOSAP... O Edson, Presidente do MOSAP... Não, da MOSAP é o Edson... O Edson Guilherme, que eu conheço bem, há anos, o Edson Guilherme da MOSAP, o João Batista Innocentini, Presidente do Sindicato Nacional da Força Sindical, que aqui foi representado pelo Paulo José Zanetti, o Edmundo, que está aqui na Mesa, Benedetti Filho, Presidente da CENTRAP e a Sayonara, que está aqui na Mesa ainda, que representou a FENAFISCO. Eu só queria que a gente refletisse, nesse momento, que o calor dos debates mostra o quanto que esse tema é importante. Desde o primeiro momento, Deputado Marco Maia, nós assumimos um compromisso conosco aqui e V. Exa. estava presente, Senador Collares também, que esta Comissão não servia a palanque para ninguém. Como aqui foi dito, nem a favor e nem contra esse ou aquele Governo. E, por isso, que eu entendi a posição firme de V. Exa., mediante a posição colocada aqui pelo também Deputado Collares, que nós todos também respeitamos. Respeitamos a ambos, mas eu acho que o debate pelo equilíbrio foi importante e tinha que ser feito, com uma posição colocada, a outra também tem que ser colocada. Mas eu acho que faz parte, no calor do momento, e mostra que nós estamos no caminho certo. Eu entendo que a decisão assumida já por essa Comissão, porque essa Comissão não é a Comissão só do salário mínimo, se fosse para vir para cá, para ter uma Comissão só para discutir salário mínimo de 350, que todos nós sabemos que está praticamente definido, não tinha razão de existir essa Comissão. Essa Comissão tem dois objetivos: Uma política permanente de recuperação do salário mínimo, um. E dois, e para mim até mais importante, uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e, por isso, vocês estão aqui--[Palmas] --Não teria razão de nós estarmos aqui. Por isso que eu estou convencido e me dirijo agora ao meu colega Senador João Batista Motta, desde a primeira reunião, meu amigo Senador, e conversei com V. Exa. no Plenário e pedi a V.Exa... V.Exa. não veio aqui só porque gostaria de vir; V. Exa., além de gostar de vir, atendeu a um pedido. "Vá lá e conte a sua experiência, de como é possível nós deslocarmos as contribuições da folha para o faturamento" e Vossa Exa. fez, aqui, uma bela defesa. Este, para mim, é o caminho. Vocês podem ter certeza. Eu recebo em torno de duas mil correspondências no meu gabinete, não agora, no longo desses anos que eu estou aqui no Senado. Pois bem, nos últimos meses, eu diria, que a Comissão começou a trabalhar, o maior número de correspondências que eu recebo é favorecendo essa tua tese, esta sua tese de empresários e de trabalhadores. Se a folha chega a ser a 110, 120% e nós podemos deslocar, quem sabe, até 50, 60% daquilo que hoje é tributado sobre folha, ninguém precisava discutir, naturalmente, com todos os setores, sobre o faturamento. Por que não caminhamos nessa linha? Acho que esse é o caminho e, com certeza, vai melhorar e muito a arrecadação da Previdência que, no meu entendimento, não vou aqui repetir de novo, é superávitária. E por quê? Eu vou até pedir para a assessoria, eu pediria para a assessoria que, na próxima reunião, trouxesse exatamente tudo aquilo que é destinado para a Previdência e colocasse para nós aqui na Mesa, rapidamente, porque não quero ficar só eu repetindo, eu vou dizer: COFINS, CPMF, jogos lotéricos, tributação sobre lucro, eu quero o percentual exato porque isso tudo vai para Seguridade. Exato. Isso tudo vai para Seguridade. Eu quero que a gente faça um estudo e apresente aqui, disso tudo, qual o percentual específico que deveria ir para a Previdência e, com certeza, infelizmente, há décadas que não vai. Eu fui constituinte. Eu fui constituinte e, de lá para cá, essas contribuições, efetivamente, não estão indo como deveriam ir para a Previdência. Eu não vou dar dados aqui, que nós

temos, mas os dados aqui, preliminares, e podia dar, ano por ano, ano por ano, da Seguridade Social. Se pegarmos, então, de oito, nove anos, dá mais de 50 bi, mais de 50 bi que poderiam ficar no campo da Seguridade e não estão ficando. Bom, como aqui foi dito, se não está ficando, por quê? V. Exa. falou, essa caixa escura, fechada, nós vamos abrir, vamos ver o que está acontecendo, para onde está indo, qual o problema, o que nós podemos fazer. E temos que enfrentar esse debate. E esse é um dos objetivos dessa Comissão. Por isso, eu quero dizer para os senhores que eu só acredito, e disse ontem na tribuna, aqui, e os senhores quase todos estavam lá, e o Plenário estava lotado. Eu só acredito na mobilização. Eu só acredito na mobilização; se houver mobilização, a história mostra, a mobilização é que faz as coisas acontecerem; aqui dentro do Senado, ou mesmo da Câmara, a gente vota se houver pressão popular. Eu sou, digamos, um adepto dos movimentos sociais e que vocês aqui representam. É assim a vida, não adianta, se não houver pressão no Congresso e no próprio Executivo. E por que não lembrar que o 147 falado, no próprio Judiciário? Porque, na vez dos 147, só veio a decisão judiciária depois que a pressão esteve nas ruas senão não vinha o 147. E vocês lembram. E eu fui o autor da lei. E falo com tranquilidade, a lei do 147 foi uma lei minha. E estava escrito lá: "Se estenda aos aposentados". E, simplesmente, não queriam dar. Felizmente, com a decisão, depois da mobilização, ela aconteceu. Eu acredito que é possível sim um processo de negociação, como foi dito, e eu proporia que esta Comissão, de imediato, além de ouvir os Ministros que aqui virão, que comece também a interagir junto ao Governo, não para negociar em nome de vocês, mas para que se abra, efetivamente, uma proposta de negociação das perdas acumuladas do conjunto dos aposentados e pensionistas. É isso. É isso que nós temos que trabalhar porque se essa Comissão conseguir abrir o espaço, nós não temos que negociar por vocês. Vocês é que têm que negociar. Nós podemos abrir o espaço, Ministério do Trabalho, da Previdência, da Fazenda... Que se estabeleça com os verdadeiros líderes dos aposentados, que são vocês, um processo de negociação. E, quem sabe, num futuro próximo, vocês virão aqui e vão dizer para essa Comissão: "Está aqui uma política permanente de recuperação do salário mínimo" e se essa Comissão aprovar uma proposta construída, como aqui foi dito, com Conselho quadripartite, empregado, empregador, trabalhador, aposentado e o próprio Congresso, naturalmente, seria um outro momento da história. Por isso, eu quero só dizer a vocês, eu acredito muito nesta Comissão, mas acredito mais é em vocês, naqueles que farão a mobilização. A mobilização é que vai fazer esse momento acontecer. Alguns dizem para mim: "Mas, Paim, é ano eleitoral". Digo: "Meus amigos, bom, se o ano eleitoral ajudar para que venha uma política permanente de recuperação de todos os benefícios de aposentados e pensionistas e que sirva também de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, pois bem, para mim, que venham eleições todos os anos se isso é o caminho para resolver a situação". Eu quero é resolver e nós estamos aqui com esse objetivo. Nós temos o compromisso com vocês e vocês sabem disso. Vocês sabem disso. O compromisso com vocês, para mim, que são os aposentados idosos desse país, ultrapassa a questão político-partidária, ultrapassa. Os aposentados estão corretos em pressionar aqui o Congresso Nacional para que se abram as portas para a grande negociação. Tenho certeza que se essa mobilização não acontecer, haveremos de construir uma política para o salário mínimo que dê recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas que, por mim, por mim, eu dou a minha opinião porque não tem como não dar a minha opinião, deveria ser, sim, o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo todos os anos. Era isso, obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhores Deputados, Senadores, senhores dirigentes das entidades de aposentados, nesse momento, no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado, já iniciamos o processo de votação da Ordem do Dia e nós não teríamos mais condições de continuar com esse debate, aqui, porque precisamos estar também participando dos debates do Plenário. Tanto o Senador Paulo Paim como os Deputados. De sorte, que nós vamos aqui terminar a nossa audiência de hoje, nossa sessão de hoje, ratificando aquele compromisso da nossa Comissão, tão bem colocado aqui pelo Senador Paulo Paim, ratificando o compromisso com a luta dos aposentados e dos pensionistas, a luta, acima de tudo, pela recuperação, pelos pensionistas, do salário dos aposentados e nós vamos, aqui, com o

Senador Paulo Paim e o Deputado Walter Barelli e demais membros da Comissão, tentar abrir as portas dos Ministérios, tanto da Previdência, como do Trabalho, quanto da Fazenda, solicitando, em nome desta Comissão Mista Especial, uma audiência e, tão logo isso seja concretizado, nós vamos informar as entidades no sentido de que a gente possa abrir esse diálogo--[Palmas] --Entre as entidades e os representantes do Governo. Eu acho que isso também seja uma obrigação do trabalho desta Comissão porque, desde o momento que ela foi instalada, ficou claro para nós que não seria apenas uma Comissão Permanente para estudar uma política de salário mínimo fixa para o nosso país, mas que seria uma Comissão também comprometida, compromissada com a luta dos aposentados e dos pensionistas, disso os senhores e senhoras não tenham dúvida. Eu quero aqui fazer um registro dos estudos técnicos que a COBAP entregou aqui à Presidência dessa Comissão e esclarecer às demais entidades que estamos aqui abertos para receber as sugestões ou qualquer outro documento que possa contribuir para os estudos e os trabalhos dessa Comissão em favor dos aposentados e pensionistas e da política permanente de--

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, se me permitir, Presidente, e aí não é nem mais uma fala minha. Eu queria aproveitar para fazer--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O senhor tem a palavra Senador Paulo Paim, o senhor é o *cocoon(F)* nesta Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Aproveitar a presença de vocês, eu gostaria de dizer o seguinte: Essa Comissão e seria bom até que se fizesse, de repente, um grande evento, nós vamos estar, no dia 10 do quatro em Curitiba; 24 do quatro, em São Paulo. Nós poderemos dar uma cópia para todos aqui depois. No dia oito do cinco, em Campo Grande; 22 do cinco, em Salvador; cinco do seis, em Manaus. "O que ele tem com isso?" Eu sei que os aposentados estão fazendo grandes mobilizações em todo o país. Ora, eu ficaria muito bem, num segundo momento, porque são dois momentos. Eu ficaria muito feliz se essa Comissão, ao chegar num Estado, desse, tivesse lá uma grande mobilização pedindo à Comissão que, efetivamente, atenda e interfira para que os benefícios sejam reajustados corretamente. Então, esse calendário, se quiserem pegar, podem pegar com a assessoria aqui. Senhor Presidente, encerrei...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero... Fique a vontade Senador. Eu quero deixar bem claro, aqui, às entidades e às senhoras e senhores que vieram aqui hoje à tarde, que uma coisa que despertou a atenção desta Comissão foi o trabalho das Centrais Sindicais na luta pela melhoria do salário mínimo. Evidente que não é o salário do sonho de todos nós. Tanto eu como o Senador Paulo Paim e o Deputado Barelli defendíamos um salário de R\$400,00, mas é evidente que o que nós queremos discutir aqui é o caráter de unidade das Centrais Sindicais na luta pela melhoria do salário mínimo. Então, é fundamental a questão da unidade das entidades e é fundamental também a mobilização, a mobilização. Eu sei que todos os senhores e senhoras estão acostumados com o processo de mobilização porque foi isso que, na verdade, pautaram, pautou, aliás, a vida de todos os senhores nas lutas sindicais. Eu quero aqui encerrar a 7ª Reunião da Comissão Mista Especial e convocar os senhores membros para a próxima reunião, terça-feira, dia 21, às 14 horas. Vamos ouvir e debater, aqui, com representantes da Fundação Getúlio Vargas, da SEADE, do IBGE, do IED e vamos debater a política de salário mínimo permanente para o nosso país com essas entidades. Declaro encerrada a presente sessão. Muito obrigado. [palmas]

Sessão encerrada às 17h10